

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

As perceções da tutela acerca das contradições do Corporativismo Português: o caso de Teotónio Pereira.

Henrique Tomás

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2024

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

As percepções da tutela acerca das contradições do Corporativismo Português: o caso de Teotónio Pereira.

Henrique Tomás

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2024

*Para os meus pais e avós.
E para a minha irmã.*

Agradecimentos

*“Black flies on the windowsill. That we are.
That we are. That we are to know”*

Ben Howard – Black flies

Quero dedicar este trabalho aos meus pais. Eles que me apoiaram e acreditaram sempre em mim desde o início do meu percurso Académico, apesar das dificuldades que me foram surgindo pelo caminho. Agradeço-lhes por toda a ajuda que me deram e espero retribuir no futuro, infinitamente. Espero tê-los deixado orgulhosos.

Queria deixar uma palavra de apreço especial à minha orientadora, a professora Maria João Vaz, por me ter incentivado a seguir esta linha de investigação quando estava um pouco reticente quanto às críticas que me poderiam colocar. Agradeço-lhe pela pronta disponibilidade, pelo incentivo e pela forma fascinante com que lecionou a cadeira ‘Análise de Arquivos e Outras Fontes Documentais’, logo após a pandemia, que me marcou e despoletou em mim a curiosidade, talvez subconsciente, em trabalhar fontes primárias.

Quero agradecer aos bibliotecários de Lisboa pelo seu trabalho. Tanto da Biblioteca Municipal, como do ISCTE e da FCSH da Universidade Nova, sem os quais se tornaria muito mais difícil e ingrata a tarefa de melhorar esta dissertação. Obrigado por terem sido sempre amáveis e atenciosos para comigo, mesmo quando requisitava livros a mais, os devolvia em atraso e pedia novos vinte minutos antes de a biblioteca fechar.

Agradeço o estímulo intelectual e incentivo que decorreu de duas conversas que tive com os Professores Duncan Simpson e André Paris do ICS, que me alertaram para alguns erros a evitar na realização da Investigação e sugeriram ideias construtivas e passos a seguir, assim como foram fonte de inspiração.

Queria também agradecer à Professora Ana Rezende Matias pelas críticas construtivas que fez sobre o trabalho ao longo da cadeira de dissertação em Ciência Política.

Obrigado, por fim, aos meus colegas do *Miscutem*, que me deram muitas alegrias, e me permitiram transformar numa pessoa diferente durante as peças de teatro que fizemos juntos.

Um agradecimento especial à minha querida amiga Riju Joshi, cujo carinho me ajudou imensamente ao longo do meu mestrado. E a todos os professores que, de alguma forma, me marcaram no meu percurso, nas escolas pelas quais passei: Gouveia, Canas e Nelas e na Universidade, tanto na Covilhã como em Lisboa.

Fecha-se assim outro capítulo.

Resumo

Esta investigação visa debruçar-se sobre as perceções dos incumbentes sobre os constrangimentos do seu próprio cargo. O cargo em questão é ocupado por Teotónio Pereira, o 1.º subsecretário das Corporações e Previdência Social, e incide no período temporal entre 1933 e 1936, durante o 1.º governo do Estado Novo Português (7.º da Ditadura¹) presidido pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. Numa República que se autointitulava de Corporativa, mas que falhou nesse sentido, por não ter conseguido institucionalizar as Corporações. O que pretendemos estudar é de que forma os agentes que ocuparam cargos oficiais percecionaram esse fracasso e as contradições das Instituições Corporativas.

Pretendemos contribuir para o estudo das elites em regimes autoritários que se tem vindo a fazer, desenvolver um estudo de nicho em elites autoritárias corporativas, assim como iniciar um estudo longitudinal e sistemático das perceções de todos os 8 incumbentes da Pasta das Corporações, a ser realizado no futuro ou por próximos investigadores. Aqui iniciamos com Teotónio Pereira, o 1.º subsecretário das Corporações e Previdência Social, ainda que com referências a outros ministros, sugerindo linhas de investigação que poderão ser percorridas no futuro.

Os resultados apontam para um reconhecimento e compreensão das contradições do regime por parte da elite mais próxima a Salazar, o que inclui Teotónio Pereira, sendo que políticos com motivações políticas utilizaram estratégias diferentes comparativamente a agentes sem motivações políticas. O sentido de missão, no entanto, aparenta ser uma característica que ajudou Teotónio Pereira a digerir as contradições do cargo.

Palavras-Chave: Pasta das Corporações e Previdência Social; Corporativismo; Estado Novo; perceções de incumbentes.

¹ Politipédia: Enciclopédia Portuguesa (2024). consultado em 19.07.2024, disponível em: <https://politipedia.pt/historia-politica/governos/governos-da-ditadura-e-estado-novo/>

Abstract

This investigation focuses on incumbents' perceptions of the constraints of their own offices. The position in question is focused on Teotónio Pereira, the 1st Undersecretary of Corporations and Social Previdence, which covers the period between 1933 and 1936, during the first government of the Portuguese *Estado Novo* presided over by the President of the Council António de Oliveira Salazar. In a Republic that calls itself Corporative, but fails in that sense, for not having been able to institutionalize the Corporations. We intend to study how those who held official positions perceived this failure and understood the contradictions of the corporative institutions.

We intend to contribute to the study of elites in authoritarian regimes that have been carried out, and to develop a niche study on corporate authoritarian elites and blaze trails for a more focused study, as well as to initiate a longitudinal and systematic study of the perceptions of all 8 incumbents of the Ministry of Corporations, to be carried out in the future or by future researchers. Here we begin with Teotónio Pereira, the 1st Undersecretary of Corporations and Social Previdence, although with references to other ministers, suggesting lines of investigation that may be pursued in the future.

The results point to a recognition and understanding of the contradictions of the regime by the elite closest to Salazar, including Teotónio Pereira, and show that politicians with political motivations used different strategies compared to agents without political motivations. A sense of mission seems to be a characteristic that helps Teotónio Pereira to digest the contradictions associated with his position.

Keywords: Ministry of Corporations and Social Previdence; Corporatism; Estado Novo; perceptions of incumbents.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1: Fontes e Metodologia	4
1.1 - Memórias	5
1.2 - Cartas	5
1.3 - Diários.....	7
1.4 - Metodologia	7
Capítulo 2: Conceitos e Revisão da Literatura	9
2.1 - O que se entende por Corporativismo	9
2.2 - Raízes Ideológicas.....	11
2.3 - As Funções	14
2.4 - Relação com a célula	18
2.5 - ‘Tiro no pé’ das Ditaduras.....	19
Capítulo 3: Percepções em regimes ditatoriais: Um Debate	21
3.1 - As contradições vistas do Subsecretariado das Corporações	21
3.2 - “Muito menos difícil que nas Corporações”	25
3.3 - Os vários pedidos de demissão	27
3.4 - Competência e sucesso de um ministro das Corporações	31
Capítulo 4: Marcelo Caetano: parte necessária para a discussão.....	33
4.1 - ‘Olhe que não sei. Nunca lá fui’	33
4.2 - O que Caetano diz e o que Caetano faz no poder.....	36
Capítulo 5: Enquadramento Institucional.....	37
5.1 - A Orgânica de Governo.....	41
Conclusão	43
Referências	46

Introdução

Vários cientistas sociais de renome elencaram muitas das que se podem considerar as contradições do Corporativismo, tanto do ponto de vista social e organizacional (Lucena, 1976; Schmitter, 1999), como do ponto de vista económico (Mendes, 2023). É dessas contradições de que este trabalho parte: a ausência de uma institucionalização das corporações, pois, ainda que Veiga Macedo tenha criado o decreto-lei para Institucionalizar as do Comércio e da Indústria (Mansos, 2014), elas não saíram do papel (Lucena, 1976; Schmitter, 1999). Portanto, os interesses dos trabalhadores, patrões e do que era definido como os interesses da Nação não estariam alinhados.

Ainda que o Corporativismo português funcionasse na ótica de relações públicas, mantinha uma série de aspetos contraditórios: a dificuldade em constituir essas mesmas corporações (Garcia, 2021), o empurrar de uma despolitização do direito do trabalho das relações laborais (Pinto, 2001), uma Câmara Corporativa que trabalhava de portas fechadas e que legislava sobre tudo, menos matérias sobre relações de trabalho (Ferreira, 2009). Existe ainda uma obra discursiva do ditador que advogava por uma revolução corporativa e a construção de uma série de instituições, mas que, na prática, mantinha os interesses dos trabalhadores e patrões isolados, dando maior relevo, na ótica de alguns historiadores, como Rosas (2019), aos patrões, a proibição das greves aliada à falta de representação de uma série de classes profissionais (Barreto, 1994), entre outros elementos. Isto é, “ao contrário do sistema italiano, o português não cultivava a simetria: não alinhava sistematicamente em face dos sindicatos e federações de trabalhadores, sindicatos e federações de patrões” (Lucena, 2015: 81).

As contradições são, assim, extensas, ramificam-se por várias Instituições², são de índole diversa e não caracterizam apenas o regime corporativo português, mas outros sistemas corporativos de outros países também, como é o caso do italiano.

Que impactos é que essas contradições e particularidades tinham no trabalho diário de um subsecretário do regime da pasta das Corporações? Eram essas perceções compreendidas e vistas? Ou eram ignoradas, causando pouco impacto sobre o trabalho de um subsecretário das Corporações e Previdência Social? A nossa pergunta de partida nasce da experiência governativa entre Marcelo Caetano e Teotónio Pereira, ainda que não definamos hipóteses propriamente ditas, dado o cariz

² Também no Secretariado da Propaganda Nacional: “Parece-me haver em António Ferro, mas uma simples contradição. A alegada síntese [relativa à política cultural do SPN/SNI] disfarça uma pertinaz resistência à modernidade” (Torgal & Paulo, 2008: 289).

exploratório e pouco usual do ângulo de investigação utilizado, que não nos permite encontrar estudos semelhantes feitos nestes moldes. A experiência governativa de Caetano, no entanto, demonstra-nos que a satisfação com o cargo aumenta quando existe uma vontade deliberada em ignorar as contradições e quando os políticos são *rent-seeking*, isto é, buscam benefícios económicos e políticos (Mendes, 2021). Portanto, pressupomos que quando os políticos não possuem sentido de missão, as contradições do regime não os afetam, e o oposto acontece com hipótese em positivo: com sentido de missão (Aguiar, 2013), a tutela das corporações irá reparar nas contradições e possuirá uma maior insatisfação com o cargo. Destes trabalhos, surge a nossa questão de partida.

A investigação procurou resolver a dicotomia: originalidade *versus* exequibilidade, ao analisar fontes primárias publicadas em livro e de mais fácil acesso.

Os objetivos mais latos serão o de retratar a vivência e perceção de um subsecretário em contexto de Ditadura, já que as memórias da elite salazarista são relativamente escassas e podem ajudar a melhorar o nosso conhecimento sobre o funcionamento interno do poder. Uma certa “caixa negra” (Silveira, 2013), mas onde existe ainda maior dificuldade de recolher informação, dada à censura, ao secretismo e à propaganda discursiva (Barros, 2016).

Por razões de exequibilidade, decidimos focar o nosso estudo em Teotónio Pereira, tendo como pano de fundo os subsecretários e ministros das Corporações. No entanto, que fique ressalvado, este não é um estudo sobre subsecretários e ministros do Regime, mas sim um estudo sobre as particularidades da Pasta das Corporações e, principalmente, como essas, foram interpretadas e compreendidas por Teotónio Pereira, sempre que o conseguirmos.

O foco do nosso trabalho será no Corporativismo político e, como já expliquei, nas suas perceções sobre o Corporativismo como um todo, de certa forma. Existirá um foco especial em Pedro Teotónio Pereira devido à riqueza de informação em fontes primárias. Não que o título ‘corporativo’ garanta que sejam tratadas matérias que revolvam sobre temas laborais, como Ferreira (2009) nos demonstrou. Aliás, as lutas de classe entre trabalhadores e patrões eram, de forma geral, abominadas por Salazar, pelo que tal é compreensível. No entanto, possuímos certas expectativas e é nosso entender que os incumbentes destes cargos corporativos foram vistos pela população, em determinadas alturas, como possuindo uma certa autonomia (Pereira, 1973), falta de vontade política (Castanheira, 1983), sendo que cada membro da tutela era visto de forma diferenciada, tal como outros membros de elites sindicais (Barreto, 1994). Assim, a operacionalização fica centrada sobre os altos cargos ministeriais ou “*high profile*” da ‘tutela corporativa’ e subsecretários equiparados, que possuem outro tipo de visibilidade

de que delegados do INTP, ou funcionários da Administração Pública, assim como outro tipo de informações e poder. Como exemplo da sua importância, o cargo de subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social é mencionado nos *Diários de Salazar*, 210 vezes (Garcia, 2021).

Consideramos relevante mencionar que outros ministros, como o do Interior, por exemplo, poderiam muito bem fazer parte da tutela corporativa. Algo que caracteriza a ditadura de Salazar é precisamente a rotatividade das elites ou a reorganização (“*reshuffle*”). No entanto, por razões de exequibilidade, escolhemos restringir assim o âmbito desta pesquisa.

Estudos sobre o Corporativismo, especialmente os mais recentes possuem um grande foco transnacional (Pinto, 2016). Dado que é uma Instituição que regula as relações de trabalho pode ser, e foi, virtualmente estudada de todos os prismas setoriais inimagináveis: desde a Indústria do peixe (Garrido, 2003) aos laticínios (Ferreira *et al*, 2016), entre muitas outras. Neste trabalho debatemo-nos com estas questões e escolhemos construir uma problemática *top-down*. Os atores privilegiados são os ministros e subsecretários de Estado das Corporações e Previdência Social, porque são os níveis mais altos do regime (Bokobza, *et al* 2022) e aqueles com maior acesso à informação (Pinto, 2001), às condições laborais e ao descontentamento. São também os próprios visados por esse descontentamento, mesmo em Ditadura, como sabemos pelas greves existentes (Varela, 2011) e pelos trabalhos de Castanheira (1983 e 2021). Para além disso, o Ministério das Corporações, como escreve Schmitter é a “entidade supervisora de todo o Sistema Corporativo” (1999: 125). Assim, utilizamos dados de uma tutela com uma visão ampla sobre as contradições corporativas e que possui acesso a Salazar.

Pretendemos com este trabalho propor outra camada de profundidade nos estudos sobre o Corporativismo. Fugindo bastante à metodologia quantitativa, propomos um levantamento da correspondência e de outras fontes primárias presentes na Torre do Tombo, produzidas pela tutela corporativa vigente, para além das fontes compiladas pela Comissão do *Livro Negro sobre o Regime Fascista* (Salazar e Pereira, 2008; CLNRF, 1984). Após um levantamento e digitalização dessa correspondência, um estudo sistematizado destas perceções sobre a Instituição corporativa irá permitir-nos compreender se estas contradições do sistema, que existem e estão documentadas (Lucena, 1976; Schmitter, 1999) eram ignoradas ou não, e compreender melhor se num ambiente ditatorial de lealdade e confiança pode existir desacordo e pensamento alternativo. O facto de existir pensamento alternativo com soluções institucionais também elas alternativas dentro de uma elite corporativa leal, sem represálias para a mesma, merece, a nosso ver, um estudo aprofundado.

A pertinência do tema recebe outro sentido, num ano em que a nossa Democracia comemora o seu cinquentenário, com as suas fragilidades e descontentamento, e também após a publicação em *ebook* dos *Diários de Salazar* (Garcia, 2021), o que facilita enormemente o acesso aos dados. Esperamos que as ilações do trabalho nos recordem das novas formas de proteção laboral existentes hoje em dia, a Concertação Social, o Estado Social e também o direito à greve que conquistámos.

Capítulo 1: Fontes e Metodologia

O estudo dos Autoritarismos é dificultado, neste caso em especial, pela escassez de fontes qualitativas das elites não manipuladas pelos regimes. Não são as únicas fontes que os regimes manipulam, mas as que nos interessam, no entanto, neste trabalho. Mesmo as fontes que não são utilizadas para fins propagandísticos necessitam, obviamente, de uma hermenêutica (Garrido, 2016). As cartas, especialmente as enviadas a membros da elite de confiança, de baixo nível de autoridade (dirigentes intermédios da Administração Pública, por exemplo), sem ser o ditador, talvez se apresentem como as fontes que geram menos constrangimentos, algo que fica por explorar neste trabalho.

Encontramos relevante mencionar que em democracia existe uma plenitude de fontes qualitativas: artigos de opinião, obras, etc. Nas quais as memórias, no entanto, com as suas necessidades de crítica, se destacam, mas também trabalhos de outra índole. Mário Soares, Diogo Freitas do Amaral, mas também Cavaco Silva, Augusto Santos Silva, Ferro Rodrigues, fazem esse exercício de ‘prestação de contas’, através de memórias e também obras publicadas em democracia e nos períodos de transição. A nível internacional existem memórias de cargos públicos de Varoufakis, Obama e vários chefes de Estado da Política Britânica, cujo cunho pessoal e subjetivo tem paralelos com a unidade de análise utilizada neste trabalho, de forma lata: as perceções sobre cargos. As memórias políticas podem ser consideradas uma forma de *accountability ex post*.

O facto de nos focarmos em três tipos de fontes primárias distintas, justifica-se pela falta de riqueza da correspondência arquivada (Pinto, 2004) e dificuldades da sua leitura e decifração nos Arquivos da Torre do Tombo, devido à caligrafia. E pelo facto de a seleção de cartas dos livros da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista não ser exaustiva.

1.1 - Memórias

No que toca ao estudo das memórias de Pedro Teotónio Pereira, sabemos que poucos ministros têm inclinação para manter um Diário. Existe maior probabilidade de um político escrever memórias do que propriamente, Diários (Gamble, 2002). E escrever *Diários* foi o que Salazar fez, até porque Teotónio Pereira (1973) refere a certo ponto nas suas memórias que Salazar diria que não teria tempo para escrever as suas.

As memórias de Teotónio Pereira tiveram a sua primeira edição em 1973, pelo que existe quase um fosso de quarenta anos para com os acontecimentos retratados que tem de ser obviamente tido em conta. As memórias podem talvez incluir-se no material autobiográfico pois revelam ideias sobre a consciência do autor e são um objeto de interesse histórico que retrata a própria experiência de vida do autor (Dobson & Ziemann, 2008). Para além disso, o que todas as memórias fazem é contar acontecimentos, sendo que umas são mais úteis que outras (Gamble, 2002). A diferença entre autobiografia e história depende somente do treino do historiador. Não obstante, as memórias podem providenciar uma veia rica de informações úteis, quando temos em conta o que dizem, porquê e como (Dobson & Ziemann, 2008). Só assim podemos “desenvolver compreensões alternativas das interações entre mentes criativas humanas e as instituições sociais que as rodeiam”³ (Dobson & Ziemann, 2008: 189). Como qualquer material histórico, necessitam da crítica ou de hermenêutica, pois correm o risco de servirem o autor e apenas aquilo que ele fez de positivo, não retratando o todo da realidade (Pal, 1988).

1.2 - Cartas

Outra das fontes privilegiadas neste estudo são as cartas, por um conjunto de razões: Existe fraco conhecimento das reuniões bilaterais que Salazar tinha com os membros da elite (Raimundo *et al*, 2009). E está bastante bem documentado que Salazar não exonerava ministros por quem tinha apreço pessoal e estima intelectual. Marcelo Caetano afigura-se como principal exemplo dessa dinâmica. Indivíduos respeitados por Salazar, por norma, tinham uma margem de manobra diferente (Mendes, 2021):

As cartas⁴ permitem-nos uma análise mais intrincada, leve e pessoal das relações que Salazar desenvolvia com cada membro do Governo. São um veículo do pensamento crítico, nos casos onde existe confiança. Bilaterais, de certo modo, como o

³ Tradução livre minha.

⁴ As cartas têm sido recentemente utilizadas como material de interesse historiográfico para o estudo da Ditadura Portuguesa (Simpson, 2021), ainda que, não sejam uma ideia completamente original.

método de trabalho preferido de Salazar, ainda que as fontes da CLNRF não incluam as respostas de Salazar, portanto são unidirecionais⁵. Ainda assim, permitem compreender a dinâmica de poder entre subordinado e subordinante, mas também a autonomia e margem de manobra do primeiro. Temos expectativas de encontrar críticas, até porque neste contexto, acabam por não se configurar uma afronta. Tal como a gênese do próprio Corporativismo, cujo mote foi criar instituições para que as greves deixassem de existir e o descontentamento fosse apaziguado, dentro de trâmites institucionais⁶.

Assim, uma análise da correspondência pessoal, e não só, parece-nos bastante relevante. Salazar era avesso às massas e bastante mais discreto. Apesar de ter uma obra discursiva bastante extensa, parece-nos lógico que a informação mais “fiável” possa ser mais facilmente encontrada em correspondência que não viria a público tão cedo. Como já foi dito, a hermenêutica no estudo do Corporativismo é bastante traiçoeira de se fazer (Garrido, 2016). Assim como o trabalho beneficia de possuir um conjunto de fontes mais limitadas e localizadas num só lugar⁷. Para isso, iremos socorrer-nos bastante das fontes primárias compiladas da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

As cartas relatam muitas das vezes confidências. Irão, pois, depender da relação pessoal de cada ministro ou subsecretário. Foram sempre respeitadas como uma fonte para desmascarar características pessoais (Dobson & Ziemann, 2008), ainda que existam sempre críticas que se podem fazer quando se tem em conta as intenções de preservação desses materiais (Dobson & Ziemann, 2008). Esta preservação existe quando os descendentes decidem depositar as cartas em arquivo e os recipientes em guardá-las (Dobson & Ziemann, 2008). As cartas deverão ser uma janela para as experiências privadas dos indivíduos e pensamentos interiores. São aclamadas pela sua dimensão humana permitindo aos académicos capturar as experiências cruas e emoções dos atores do passado (Dobson & Ziemann, 2008).

Visto ser uma dissertação de mestrado, onde a exequibilidade é importante, decidimos pôr mais enfoque nas fontes primárias mais facilmente encontradas. E estas são as compiladas pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Este não

⁵ Algumas possuem um “visto” escrito a vermelho (CLNRF, 1984).

⁶ Seguidas de muitas das críticas, tanto de Marcelo Caetano, como Teotónio Pereira ou Veiga Macedo, seguem muitas das vezes alusões à lealdade a Salazar. As afrontas de Teotónio Pereira persistem porque existe o entender que a República Corporativa está em risco e nascem de uma genuína preocupação. O próprio Teotónio Pereira refere que não devem ser vistas como uma afronta.

⁷ (Freire *et al*, 2014), no seu artigo “contributo para um roteiro das Instituições corporativas” reforçam a ideia de que as fontes se encontram espalhadas pelo território português.

vai ser um trabalho exaustivo, pois bebe muito de material selecionado previamente por esta Comissão.

1.3 - Diários

Aqui a preocupação é comparar o diário editado com o original e garantir que não existe nenhuma censura, quer por familiares que por outras entidades. No caso português, os *Diários de Salazar* (Garcia, 2021), foram digitalizados na íntegra para *ebook*, ainda que existam algumas interrogações que permanecem da autora. Comparar edições dos Diários pode ser uma solução encontrada, ainda que acaba por consumir bastante tempo (Dobson & Ziemann, 2008).

Todos os Diários devem ser interpretados através de análise discursiva, onde se analisa o que é silenciado, apagado e escondido e o que não é. Os Diários não são exclusivamente privados e têm impacto em outras áreas do saber: um Diário de uma rapariga jovem sobre a sua família, a escola e as suas orações tem relevo para estudos de género, por exemplo (Dobson & Ziemann, 2008). São também importantes as insinuações existentes e as paráfrases escolhidas pelo autor e aquilo que é escrito tem sempre uma conotação de “imediatismo” associada (Dobson & Ziemann, 2008). O Diário permite, talvez em semelhança com a correspondência, o acesso às experiências de vida individuais e coletivas, interpretações e pode ajudar a compreender como os indivíduos se descrevem e projetam e permitir compreender o seu processo de autoexploração (Dobson & Ziemann, 2008). Para este trabalho, terá maior interesse o diário politicamente motivado, que recebeu um crescimento no século XX (Dobson & Ziemann, 2008).

1.4 - Metodologia

A metodologia está assente num estudo qualitativo de interpretação, análise e triangulação de fontes primárias, utilizando também outras fontes secundárias. A unidade de análise são as perceções da elite corporativa, ainda que outras dimensões sejam tidas em consideração. Como as fontes primárias possuem um conjunto de falhas, omissões e viéses, esses foram tidos em conta na crítica das fontes. Dado o cariz histórico do trabalho e a lógica de pesquisa, ao longo do trabalho, tentamos dialogar e convocar literatura sobre as elites democráticas e autoritárias de modo que o trabalho não perca o seu alicerce na disciplina. A análise dos dados irá conter também um capítulo com um enfoque mais quantitativo da tutela corporativa ao longo dos 36 anos de Salazarismo, como ponto de partida para estudos futuros, de modo a colmatar certas limitações do trabalho. Ainda que as conclusões retiradas de estudos

quantitativos possam ser mais generalizáveis, perdem depois uma bastante riqueza no detalhe, algo que este trabalho consegue atingir.

A triangulação entre as memórias existentes da tutela corporativa, tanto de Marcelo Caetano como de Pedro Teotónio Pereira, com os *Diários de Salazar*, vai-nos permitir aprofundar esse diálogo de insatisfação com o sistema, sempre com o objetivo de desbravar terreno para que estudos semelhantes possam ser feitos nestes moldes no futuro.

Com a análise dos dados quisemos abordar duas questões que consideramos não estar tão desenvolvidas na literatura: um enfoque particular na pasta das Corporações pois, grande parte dos estudos portugueses possui uma abordagem generalizada nas pastas ministeriais e, também, uma triangulação de fontes mais qualitativas e análise de várias dimensões: Existe um conjunto de estudos dedicados ao *background* dos políticos (Ver Pinto, 2001 e Almeida & Pinto, 2002), ao perfil sociopolítico dos secretários de Estado (Silveira, 2013) e, ainda estudos que se focam em pastas particulares como a Educação (Braga, 2010), a Administração Interna (Almeida & Sousa, 2015) e Saúde, mas que deixam as percepções dos incumbentes de parte. Tirando o caso de Mansos (2014), que utiliza correspondência do segundo ministro das Corporações, Veiga Macedo. Da literatura analisada, apenas o trabalho de Pinto N. (1993) utiliza um questionário posterior ao exercício de funções, feito à elite de Salazar, em que coloca a ministros, subsecretários e secretários de Estado perguntas sobre as qualidades do ditador, como chegaram ao posto e o que ficou por fazer na pasta que tutelaram. Também grande utilidade de inspiração, teve o programa “Pai, já fui ministro”⁸, do jornal Observador, no qual são realizadas entrevistas a antigos membros de Governo, em que aspetos humanos, percepções e memórias, estas de maior contemporaneidade, são abordadas, assim como as entrevistas orais dos diplomatas⁹.

Já estudos como os de Raimundo *et al*, (2009) focam-se num aspeto mais unidimensional da influência de poder de Salazar: as reuniões que possuía registadas no seu diário com membros da elite. Associam depois essa quantidade de reuniões à importância, algo lata, que era dada às elites, ainda que admitam que tal não é sempre evidente e fácil.

⁸ No site do Observador: <https://observador.pt/programas/pai-ja-fui-ministro/> é possível aceder a entrevistas feitas a Ministros contemporâneos recentes.

⁹ No site “Portal Diplomático”, que pode ser acessado em: <https://memoriaoraldiplomacia.mne.gov.pt/pt/> é possível encontrar um conjunto de entrevistas a embaixadores portugueses afastados do serviço ativo.

Sendo assim, a parte positiva de termos uma grande diversidade de fontes de Teotónio Pereira permite-nos uma análise mais detalhada das suas experiências como subsecretário das corporações. Descrita, inclusive, através das suas palavras. Porventura, poderá dizer-se que o regime é uma Ditadura que coíbe a liberdade de expressão, mas argumentamos que o próprio grau de confiança associado a esta pasta em particular, assim como o sentido de humor de cada incumbente (Caetano, 1985) e a única, e diferente relação humana de cada um, pode permitir um maior à vontade em expressar o seu desacordo sobre as matérias.

Capítulo 2: Conceitos e Revisão da Literatura

2.1 - O que se entende por Corporativismo

Como Rosas (2019) explica, com Schmitter começou-se se a olhar para o corporativismo como uma ideologia autónoma. Algo como um “Corporativismo não fascista” (2019: 197) que, no melhor do nosso conhecimento, ainda não foi bem operacionalizado até à sua potencialidade. Nesta conceptualização pretendemos alterar isso. Isto é, separar a elite autoritária da elite corporativa, pois este é um estudo sobre uma Pasta específica e não aborda as Pastas de um Governo de forma lata. Já Pinto (2021), incluindo nas suas obras de incidência transnacional (2016), usa a definição de Schmitter e conclui que até existem países que possuem um tipo de corporativismo e não o outro:

«O corporativismo social «pode ser definido como um sistema de representação de interesses em que as unidades constituintes estão organizadas num número limitado de categorias singulares, obrigatórias, não competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou licenciadas (se não criadas) pelo Estado e a quem é concedido um monopólio deliberado de representação dentro das respetivas categorias em troca da observância de certos controlos sobre a sua seleção de dirigentes e articulação de reivindicações e apoio»» (Schmitter 1999: 94).

«O corporativismo político pode ser definido como um sistema de representação política baseado numa visão 'orgânico-estatista' da sociedade, em que as suas 'unidades orgânicas (famílias, poderes locais, associações profissionais e organizações e instituições de interesse' substituem o modelo eleitoral de representação e legitimidade parlamentar centrado no indivíduo,

tornando-se o órgão legislativo ou consultivo primário e/ou complementar do executivo do governante» (ibidem¹⁰).

Apesar de não ser do nosso conhecimento que outros autores tenham feito esta relação, é aparente que o Corporativismo Social corresponde à base da estrutura corporativa, aos chamados grémios. Pinto, (2021) já os estuda e verifica os tipos de corporativismo em separado. O Corporativismo Político, por mencionar o corpo 'conselheiro', parece estar mais associado com a Câmara Corporativa em si. Rosas (2019) escreve que o Corporativismo Social foi bastante institucionalizado em Portugal. No entanto, existem "instituições políticas associadas, [tanto] ao corporativismo político [como ao] social" (Rosas, 2019: 126). O objetivo desta conceptualização é associar a definição de cada um dos tipos de corporativismo com os Organismos corporativos que de facto existiram no Estado Novo Português. Para tal, decidimos esquematizar o "bunker corporativo" (expressão utilizada por Rosas, 2019). É possível definirmos organismos primários, intermédios e secundários e, também, a um nível temporal, isto é, no decorrer da sua institucionalização, através de organismos pré-corporativos, corporativos e para-corporativos, isto é, estatais (Rosas, 2019). Os Grémios correspondem aos elementos primários da organização corporativa, que 'representam' tanto o lado trabalhador como o patronato e se subdivide nas diferentes áreas económicas. As Casas dos Pescadores e do Povo foram construídas pelas suas particularidades e reivindicações óbvias e "são mais eficazes nesta função administrativa redutora de conflitualidade social" (Rosas, 2019: 176). O Corporativismo Social corresponde à representação mais pura e orgânica da sociedade. A "representação mais fiel do que qualquer outra" (Rosas, 2019: 179), necessariamente mais próxima das pessoas reais do que o corporativismo político, que possuía uma lógica de representação político-partidária tecnocrática e, portanto, necessariamente ideal e imperfeita. Na verdade, ambos possuíam contradições, quer decorrentes da fiscalização do INTP (Instituto Nacional do Trabalho e Previdência), do "triplo equilíbrio económico social" de que Rosas, (2019) fala ou do que significava reduzir a conflitualidade social ao mesmo tempo em que se garantia orientação política uniforme, até porque durante a crise os empresários reclamam por direção económica vinda de cima (Paço, 2008).

Este capítulo pretende tornar mais fácil uma certa conceptualização dos tipos de corporativismo, pois uma conceptualização que olhe para o funcionamento interno dos organismos corporativos irá encontrar as fragilidades desse mesmo sistema.

¹⁰ Tradução livre minha.

2.2 - Raízes Ideológicas

O Corporativismo Português, como ideologia, utilizou as matrizes de origem Cristã, tendo o apoio da Igreja do lado do trabalhador, mas apenas com a preocupação em manter o *status quo* e “equilíbrio do sistema” (Rosas & Garrido, 2012: 30). Existem ainda influências do integralismo orgânico e, em boa medida, do fascismo Italiano, nomeadamente no que toca à recusa por representação liberal (Pinto, 2016), o que assume especial relevância para este trabalho, visto que o 1º subsecretário das Corporações, Teotónio Pereira era proveniente desta corrente de pensamento (Garcia, 2021, Pereira, 1973). Devemos ainda falar de vários tipos de Corporativismo, na medida em que existem vários fascismos (Garrido & Rosas, 2012), assim como várias ‘fórmulas’ decorrentes da personalização do regime e características próprias do ditador (Pinto, 2016). A ideologia corporativa procurou responsabilizar os excessos do capitalismo e individualismo pela instabilidade social. No caso português, Salazar temia o Parlamento, que considera responsável pela instabilidade da República. Por outro lado, a ideologia do Regime não se encontra correlacionada com o tratamento dado aos trabalhadores, pois todas as ditaduras enfrentam problemas similares de governança (Kim & Gandhi, 2010).

Os ditadores precisavam do Corporativismo por várias razões: a primazia que davam à riqueza económica e à estabilidade do sistema (Pinto, 2016), o facto de quererem domesticar o capitalismo (Garrido, 2010) e a importância que reconheciam aos trabalhadores, sem os quais nada funcionava e, também, a necessidade em encontrar uma alternativa ao Socialismo (Pinto, 2016). Está assim lançado o que muitos autores consideram ser o cariz contraditório do Corporativismo (Pinto, 2016; Barreto, 1994). No entanto, o tratamento dado aos trabalhadores não era estático, e a repressão varia consoante o sentimento de ameaça é percecionado pelas elites (Kim & Gandhi, 2010). As prioridades também diferem de país para país. Em Portugal, Salazar privilegiava a “ordem pública” que considerava “condição básica da recuperação económica” (Antunes, 1994: 33) e essas prioridades que decorriam tanto da sua forma de ver o mundo como do seu pessimismo Antropológico (ibidem), influenciaram as Instituições Corporativistas Portuguesas. A recusa pelo desenvolvimento desenfreado e uma política norteada para o rural e anti-urbano são outras características do pensamento que vão influenciar o Corporativismo Português (Antunes, 1994) e as suas particularidades.

O Corporativismo significa hierarquias de valor distintas para diferentes pessoas (Pinto, 2016). Para a Sociedade Alemã, não era compatível com o projeto político de Hitler (Garrido & Rosas, 2012) até porque nem todos os autoritarismos se socorreram

do Corporativismo (Rosas, 2019). Para a esquerda¹¹ significa repressão permanente¹² e para certas audiências significa uma “vitória do espiritualismo sobre o materialismo” (Pinto, 2016: 296). Se significa coisas diferentes, estudos como o de Barreto, (1994) fazem todo o sentido. Comunistas e Católicos irão, à partida, ter concepções e apoio totalmente distintos no que toca a Organismos e ideologia corporativista. Aliás, não só isso, como têm propostas de reforma distintas (Barreto, 1994).

O facto de significar tantas coisas para diferentes grupos deve ser considerado quando estudamos o Corporativismo Autoritário Europeu comparativamente, algo que Garrido (2010) não menciona.

Pinto (2016) faz várias referências em conforme nada é estático quando se fala de Instituições e em como o Corporativismo não foi pensado como uma forma de legitimação que desse forma às ditaduras no longo-termo, mas somente no início do regime (Pinto 2016). Isso está relacionado com outra das interpretações que se fazem sobre o Corporativismo, que é a de ajudar a construir Nações (ibidem). Compreender porque esta legitimidade não teve eco com as elites, como nos escrevem Garrido & Rosas (2012), especialmente quando sabemos que, sem as elites, o Corporativismo não sobrevive (Pinto, 2016), é necessário. Outras perspetivas interessantes de abordar a legitimidade do Corporativismo seriam através das pressões da Comunidade Internacional, caso que está pouco estudado de forma sistemática.

A realidade da mutabilidade das Instituições, nomeadamente desta em particular, é visível tanto nas mudanças legislativas de 1947, em que o Estado basicamente se retirou nas “negociações” (Martinho & Pinto 2008), como no facto de “a política do regime para com o mundo do trabalho não [se ter] mantido estática ao longo dos anos” (Martinho & Pinto, 2008: 74).

Numa tentativa de sumariar a génese dos trabalhos de Investigação nesta área, é visível um interesse recente em estudar o Corporativismo através de uma lente transnacional (Pinto, 2016; Pinto & Finchelstein, 2018), em que se operacionalizam e definem os conceitos de Corporativismo Social e Político. Este é um salto visível e importante em comparação com, por exemplo, os trabalhos de Garrido e Rosas (2012), que se podem descrever como conjuntos de artigos mais avulsos. Ainda que sejam

¹¹ Vários autores referem desavenças nas estratégias de oposição a utilizar (tanto por Socialistas, como por Comunistas e Anarquistas) (Barreto, 1994; Paço, 2008) que prejudicaram o movimento. Interessantemente, Amaral disserta sobre “a falta que fez então a Portugal uma oposição centrista moderada (Amaral, 1995: 65) “que podia ter sido eficaz, mas nunca fora suficientemente ativa” (Amaral, 1995: 63).

¹² Ainda que seria importante compreender se algum grupo da esquerda ‘organizada’ tenha beneficiado da repressão do Partido Comunista, porque não existia uma estratégia de esquerda organizada e já que os comunistas foram desproporcionalmente os que mais sofreram e visto que Przeworski, (2022) argumenta que a repressão direcionada vai sempre beneficiar outros grupos e torná-los mais fervorosos pelo regime autoritário.

interessantes, porque levantam muitas lacunas de investigação sobre o Corporativismo. Existem depois trabalhos que adotam perspetivas Institucionais e se focam em áreas específicas de produção como as pescas (Garrido, 2006) e a indústria baleeira (Henriques, 2016) e como foi feita essa gestão pela “Organização Corporativa” (Garrido, 2006: 21) de ambos os setores. Estes trabalhos demonstraram interessantes incoerências com os princípios ideológicos de autarcia. De relevar também a obra de Martinho & Pinto (2008), que aborda as realidades históricas Portuguesa e Brasileira numa perspetiva comparada.

No entanto, o campo acaba por sofrer de falta de teorias propostas¹³ específicas ao tema, assim como Investigações que coloquem o Corporativismo como variável independente. Isto é, que proponham que o Corporativismo seja a causa de determinado fenómeno mais específico, tirando o caso de Zhang (1994)¹⁴. Tal é reforçado por Gandhi *et al* que escrevem, ainda que seja no âmbito das legislaturas “a falta de dados legislativos para além de votos explica o foco inicial em resultados institucionais mais facilmente observáveis”¹⁵ (2020: 1366). Uma lógica semelhante pode-se aplicar ao estudo do Corporativismo: relações ‘facilmente observáveis’, trabalhos comparativos e transnacionais existem, mas existem muitas dificuldades, à semelhança do estudo das legislaturas, para o desenvolvimento de Investigações mais profundas, devido ao secretismo e à falta de transparência dos regimes autoritários (ibidem).

Outros casos correspondem à investigação de Ghandi e Przeworski (2006), ainda que não permitem isolar o Corporativismo como fenómeno, mas sim as “Instituições Autoritárias”. Os “estudos setoriais” de Garrido, (2006) e Henriques (2016) abordam uma lacuna já levantada por Garrido e Rosas (2012) mas acabam por ser demasiado específicos para levantar questões de funcionamento da ditadura como um todo¹⁶. Os trabalhos de Pinto (2016), acabam por ser mais descritivos das particularidades e institucionalização, o que é útil. Laboram sobre o que Pinto designa de “variação institucional”, mas não estabelecem hipóteses de Investigação acerca de

¹³ Ainda que Kim & Gandhi (2010) façam avançar uma teoria que tenta explicar como os ditadores cooptam trabalhadores usando instituições nominalmente democráticas, não existe o foco no Corporativismo.

¹⁴ No entanto, a sua principal tese é que as Instituições Cooperativas facilitam a transição democrática, ou seja, não corresponde à lógica de uma Investigação que visa utilizar Instituições Autoritárias para melhor compreender os Regimes desse cariz, mas sim utilizar características autoritárias para melhor compreender as transições.

¹⁵ Tradução livre minha.

¹⁶ O próprio Garrido alerta para isso na conclusão: “A segunda advertência reporta-se aos limites de extrapolação deste exercício hermenêutico sobre o passado recente das pescas portuguesas para outros domínios da «história do Estado Novo»” (2006: 153).

fenómenos específicos¹⁷. Por fim, Gandhi e Przeworski (2007) fazem hipóteses sobre a relação entre o grau de institucionalização e a sobrevivência dos regimes, assim como o tratamento dado aos trabalhadores durante as ditaduras e quais as explicações para tal. São quantitativos na abordagem e chegam a resultados importantes que verificam que uma maior Institucionalização está relacionada com maior longevidade dos regimes, ainda que a ‘Institucionalização’ que utilizam como variável não inclua apenas o Corporativismo, mas outras Instituições.

Sobre a minha unidade de análise que é bastante circunscrita, as perceções sobre as contradições do regime, existem, como irei mencionar mais à frente, entrevistas contemporâneas a ministros, ainda que, realizadas por órgãos de comunicação social e, ainda um projeto do Instituto Diplomático que visou entrevistar diplomatas. Assentam, talvez, no aspeto mais empírico, na medida que correspondem a dados brutos que podem ser utilizados em estudos, mas não partem deste ponto de partida das contradições. Outro trabalho que se assemelha em parte ao pressuposto do meu trabalho é o de Martins (2020b), por retratar, através de inquérito as perceções de colaboradores sobre ética no Ministério da Justiça Português. Apesar de se focar noutra unidade de análise, neste caso as perceções sobre a ética e, ter selecionado funcionários públicos de um Ministério e não cargos ‘*high profile*’, um trabalho que labora sobre as perceções, ainda que de forma quantitativa e através de inquéritos.

2.3 - As Funções

“A corporativização do trabalho visava a anulação de instrumentos de luta coletiva” (Henriques, 2016: 238). Isto porque o Corporativismo repudiava a desordem e a falta de hierarquia¹⁸. Uma das funções é, então, a de representar. Representação anti-individualista (Pinto, 2016) por natureza, que não reconhece a legitimidade tanto da contratação coletiva, uma das maiores conquistas da esquerda, e da luta nas ruas, ainda que incuta na massa dos trabalhadores a ideia do “direito, que jamais fora óbvio” (Barreto, 1994: 555) da contratação coletiva. Este, sem perspectivas de se realizar na prática, até à entrada de Caetano (Brito *et al*, 2013). A lógica anti-individualista, que significava, basicamente, a recusa em desagregar interesses particulares, que se vêem como instáveis e causadores de problemas, vê-se na dissolução de 500 sindicatos

¹⁷ Perguntas como: “*What drove the horizontal spread of corporatism in fascist-era dictatorships? How did social and political corporatism become a central set of new institutions created by these dictatorships?*” (Pinto, 2017: 6)

¹⁸ Exemplo desta preocupação está no comunicado de Salazar após o 18 de janeiro de 1934: “Não foi perturbada a tranquilidade pública, nem a vida normal da população” (Paço 2008: 25) e a aversão ao urbanismo e desenvolvimento acelerado que (na visão dele) levam as pessoas a estarem “sempre prontas para a revolta” (Amaral, 1998).

(Paço, 2008), e pela criação de um Sindicato Nacional. Representado no território através de dezenas de instituições (Garrido, 2010) e 2700 organismos (Freire & Ferreira, 2019). Isto é, também não defende a ‘negociação coletiva’ *per se* (Brito *et al*, 2013) mas uma negociação bilateral entre as partes interessadas com mediação (Martinho & Pinto, 2008). Seria correto propor que a lógica do Corporativismo é então dividir as massas, enfraquecê-las e escolher os seus representantes a dedo. A função representativa tem a dupla-face de propor também uma plataforma institucional para precisamente evitar as manifestações de rua, greves, a chamada “luta de classes” e conflitos sociais. (Pinto 2016). Salazar não só recusa a legitimidade desses atos perversos, como não a compreende, dado que os trâmites Institucionais existem e são realizados para render esses conflitos desnecessários. Dessa maneira podemos afirmar que o Corporativismo Português não é necessariamente uma fraude¹⁹ (Antunes, 1994), na medida em que é útil e não serve para chamar a atenção, apenas²⁰. Apesar de que para ingressarmos nesta discussão teríamos de definir primeiro o que entendemos por fraude²¹. Sabemos ainda que os pareceres redigidos pela Câmara Corporativa são revistos e analisados pelas elites (Martinho & Pinto, 2008), visível também nas cartas trocadas entre Marcelo de Caetano e Salazar, que tratavam de vários tópicos relacionados com a Câmara Corporativa (Antunes, 1994). Uma das falhas apontadas à literatura reside, no entanto, na falta de questões acerca “d(o) que se passou de baixo para cima, isto é, como reagiu a Sociedade à Organização Corporativa” (Garrido & Rosas, 2012).

Outra função é a cooptação. Segundo Gandhi & Przeworski, esta “não existe sem custos” (2007, 1283). Exemplo disso, no caso português, vê-se com os membros do Nacional-Sindicalismo, que são absorvidos pela União Nacional (Paço, 2008: 7).

É interessante ainda outra dicotomia presente na literatura. Por um lado, o Corporativismo tem pretensões de representar tanto interesses de trabalhadores como de patrões. Por outro, no Estado Novo, existem ordens profissionais que ficam propositadamente esquecidas, assim como existe uma diferença de tratamento dado, não só a Indústrias como a categorias profissionais²² (Martinho & Pinto, 2008). Aliás, só o Sindicato Nacional tinha as “funções exclusivas de representação e de disciplina profissional” (Antunes, 1994: 20). A representação, no entanto, visava esquecer a divisão de classe e por isso diminuir o poder dos que se identificavam com a classe

¹⁹ Apesar que até as elites, ao longo da história (neste caso Marcelo Caetano) se foram contradizendo (Antunes, 1994).

²⁰ Existe uma célebre expressão de Gandhi (2020) quando se refere a “*window dressing*”.

²¹ Certos autores consideram-no uma “fraude histórica”, pelo que não se coaduna com os princípios do chamado Corporativismo de Estado (Garrido, 2010).

²² Martinho & Pinto relatam que “Havia a possibilidade de categorias profissionais serem contempladas por benefícios e outras não” (2007: 74), o que nos demonstra que existem mecanismos para controlar mais especificamente a insatisfação entre ‘Ordens laborais’.

social, pois ambos os lados dessa mesma divisão eram fundidos num único Conselho (Pinto, 2016). São ainda interessantes os paralelismos entre esta lógica e a lógica da teoria consociacionista, onde o conflito é ‘resolvido’ quando as clivagens sociais se anulam mutuamente. O que pode acontecer mais facilmente numa sociedade que possui mobilidade social (Andeweg, 2000).

Na prática, a tónica do Corporativismo Português esteve na repressão²³ (Garrido e Rosas, 2012): “Repressão política e policial sobre toda e qualquer forma de protesto social está no centro da resposta corporativa” (Rosas & Garrido, 2012: 29), “em especial sobre as direcções sindicais democraticamente eleitas” (Brito *et al*, 2013: 42). Não só são cooptados para órgãos consultivos não soberanos (Antunes, 1994), membros com confiança política (Pinto, 2016), como “entre 1936 e 1939 é praticamente liquidada a organização libertária, quase destruída a organização clandestina do PCP” (Rosas & Garrido, 2012: 39). A repressão inclui, obviamente, a restrição de liberdade. Salazar diria que não acreditava nela nos seus discursos, como a sindical (*ibidem*: 150). Sobre este tópico, a teoria diz-nos que “a maior parte da repressão é preventiva” (Geddes *et al*, 2018: 46)

Esta função não é realizada pelos organismos corporativos²⁴. Irá representar um problema criado pela organização corporativa que faz com que o regime se socorra, e para tal, crie outra Instituição, tal como Lagacé e Gandhi (2015) escrevem. As funções de repressão são muitas das vezes estabelecidas por agências de segurança, forças paramilitares e investimento em orçamentos militares (Geddes *et al*, 2018). No caso português, tiveram a sua maior expressão através da PIDE. Uma das questões mais fascinantes é que um dos principais problemas com os quais os ditadores estão confrontados consiste em atribuir poder a estes organismos. Poder esse que muitas das vezes é diversificado entre várias polícias ou milícias, numa lógica de freios e contrapesos, mas que pode não ser suficiente para que tais organismos se rebellem contra o ditador (Geddes *et al*, 2018).

O retorno de Comunistas das prisões políticas significava não só o retorno à atividade oposicionista, como muitas das vezes significava até cargos mais relevantes dentro do Partido (*Avante*, 2006). Estudos sobre essa dinâmica seriam relevantes. Como Gandhi & Przeworski, (2007) referem, a repressão, por vezes, é custosa para o Estado e pode nem sempre ser eficiente. Estudos que nos permitam compreender melhor o custo em manter o “aparato repressivo” (*ibidem*: 1281), assim como o modelo

²³ É possível argumentar, na nossa ótica, que a função repressora viu-se exacerbada quando o Estado deixou de ser o mediador entre patronato e trabalhadores (Pinto & Finchelstein 2018, 200).

²⁴ “O domínio da repressão era o campo por excelência das polícias políticas” (Rosas, 2019: 213).

de financiamento²⁵ dos Órgãos Corporativos vão permitir novas perspectivas para o ramo (Schmitter, 1999).

Outra da função pela qual é utilizado o Corporativismo é para “encorajar a despolitização básica da população” (Pinto, 2016: 8) e aqui Salazar discorda das ideias de inspiração fascista de Mussolini, que advogava ideais de violência política e do culto à guerra (Antunes 1994). A despolitização existe através de uma “metodologia de reestruturação estrutural da vida política em Portugal que implicava o apaziguamento e a contenção da emotividade”, como foi descrito por António Ferro²⁶ (Antunes, 1994).

Obviamente que as ‘funções’ ou ‘usos’ do Corporativismo estão todas inter-relacionadas, ainda que não haja uma teoria que explique bem como: “Salazar corta as asas aos extremos” (Antunes, 1994: 22) a tanto fascistas como os Comunistas “e remete-os para as margens do espectro político” (ibidem: 22). É relevante, para isto, observar o funcionamento da Câmara Corporativa. Sendo o objetivo a realocação dos conflitos laborais do Direito Civil para o Direito Constitucional, Pinto prevê “uma politização intensiva do direito de trabalho” (2016: 82). No entanto, esta politização existia de modo controlado, pois um dos critérios de seleção para a Câmara era o caráter técnico dos indivíduos, que formulavam pareceres especializados (Martinho & Pinto, 2008). A Câmara Corporativa assemelha-se assim a uma espécie de conglomeração de ‘tecnocratas’²⁷, ainda que não em demasia, pois existiam medos do que poderia advir da excessiva especialização (Araújo, 2007). Com a intenção subliminar de despolitizar as ruas. É óbvio que a escolha de dirigentes sindicais pelos trâmites do Ditador, devido à personalização²⁸, implica que a classe operária, assim como trabalhadores em geral, não tivessem acesso a cargos sindicais ou de representação das ordens profissionais. Portanto, a própria seleção dos dirigentes para estes cargos, mesmo que alguns sejam mais favoráveis aos interesses dos trabalhadores que outros, retira oportunidades políticas²⁹. A despolitização está ainda justificada na mente de Marcello Caetano na medida em que “«o homem médio, eleitor» não podia entender a complexidade de

²⁵ Barreto menciona a existência de uma espécie de “imposto sindical” que, desde 1939 foi alargado a não-sócios (dos Sindicatos Nacionais) e cujo pagamento era obrigatório (1994).

²⁶ “O seu narcotizante objectivo” [...] na fórmula de Ferro por ele admitida, era o de «parar, bruscamente, as paixões dos homens, atrofiando-as, calando-as» e de impor à atividade política um «ritmo vagaroso, mas seguro que nos faça descer a temperatura, que nos cure da febre» (Ferro como citado por Antunes, 1994: 150).

²⁷ Seria interessante, talvez, desenvolver paralelismos, especialmente tendo em conta que a despolitização também é utilizada em regimes democráticos, para resolver conflitos sociais (e clivagens) graves que põem em causa a própria democracia

²⁸ Martinho & Pinto escrevem que poucas foram as decisões que Salazar não influenciou (2007) e essa perspectiva era partilhada por setores da Sociedade mais politizados (Barreto, 1994).

²⁹ Ainda que, como menciona Barreto (1994), existisse uma ‘escola sindical comunista’, a situação de clandestinidade, aliada a uma homogeneidade ideológica levou, curiosamente, muitos Comunistas (mas também católicos) a “controlar(em) o aparelho herdado do Corporativismo” (Barreto, 1994: 551) em democracia.

«certos problemas capitais da vida moderna»³⁰ pelo que o «sufrágio universal inorgânico»³¹ não se apresenta apropriado.

Estas questões são naturalmente interessantes quando pensamos nas ligações entre sindicatos e Partidos de Esquerda em democracia³², como com a própria ideia de conquista de direitos pela rua, bem como na realidade dos países com tradição comunista, em que políticos com 'experiência' em regimes Autoritários eram percecionados como tendo um conjunto de competências comparáveis aos líderes democráticos³³.

2.4 - Relação com a célula

Seria interessante tentar perceber a relação entre o Corporativismo e o modo de funcionamento das células comunistas porque, como Barreto explica, as correntes sindicais “laicas e moderadas” (1994: 552), que se afastaram de ideais católicos ou revolucionários e não se conseguiram organizar no “meio adverso do Salazar-Caetanismo” (ibidem). Ainda que no início do regime, a Esquerda “Organizada” tenha definhado (Paço, 2008), pelo menos conseguiu organizar-se. A empresa também não era um lugar de destaque no modelo Corporativista (Rosas & Garrido, 2012), pelo que essa condição talvez tenha facilitado a sobrevivência e organização das células comunistas. Compreender se a própria forma como as Organizações Corporativas se fundiram, desprivilegiando a empresa como ator de resolução de conflitos (ibidem) permitiu ao Partido Comunista uma mais fácil sobrevivência na clandestinidade, seria importante.

“O Corporativismo não é totalitário por natureza”³⁴ (Garrido & Rosas, 2012: 112). Tem o objetivo inclusive de rejeitar o Comunismo (Martinho e Pinto, 2008). Não é totalitário, pois, na verdade, os trabalhadores ‘podiam queixar-se’ ao INTP (Garrido & Rosas, 2012), É interessante que a literatura (Pinto, 2016) examina não só o papel do Corporativismo como um dispositivo social e político contra a democracia liberal (Pinto & Martinho, 2017: 19), mas também um dispositivo contra o Comunismo. Seria

³⁰ Caetano, Problemas da Revolução Corporativa, como citado por Antunes, (1994).

³¹ ibidem

³² Ainda que atualmente, André Ventura e o Chega argumentem que é possível um Sindicalismo que esteja ligado à Direita (Gomes, 2022).

³³ Fenómeno conhecido como “*the red return*” (Loxton & Mainwaring, 2018).

³⁴ Ainda que o Corporativismo como ideia possa não ser necessariamente totalitário, existe uma “preocupação com a ocupação dos tempos livres do operariado” (Paço, 2008: 124), que nos refere que talvez seja importante a adoção de uma perspetiva de estudo das Instituições ‘em *bundle*’ como referem Lagacé & Gandhi, (2015): a criação de Casas do Povo como organismos que assumem o “papel de assistência e instrução” (Paço, 2008) com o fim de “neutralizar a velha tríade de ocupação dos tempos livres do povo: a taberna, o futebol e os bailes, tidos como difusores de práticas pouco sãs” (ibidem, 2008: 125).

importante compreender se estes ‘vieses’ foram propositados por parte das elites e ideólogos do Corporativismo e se foram usados com o objetivo de evitar que se associasse o Corporativismo, como Instituição, ao ‘mal pior’ das ditaduras. Já que o corporativismo tem significados diferentes para diferentes segmentos, devido a essa conotação ideológica vis-à-vis, seria importante compreender se a forma como foi ‘enquadrado’. Isto é, como instrumento contra o Comunismo ou contra a Democracia liberal, se se inclinou mais para um regime ou para outro, consoante os inimigos que se opuseram. Os católicos estão protegidos pela relativa influência que a Igreja teve na formação da ideologia corporativa: Barreto, (1994) fala de um rótulo de relativa inofensividade atribuída aos mesmos, apesar de certas discordâncias. Isto é, sendo o Corporativismo composto por vários organismos (Garrido, 2010), qual é o mais odiado por diferentes segmentos sociais? E quais as razões?³⁵ Talvez assim se consiga um melhor entendimento do que está em causa e da complexidade e pluralidade de perspetivas, sendo que o objetivo subliminar da Investigação Institucionalista, pelo menos como nós a compreendemos, é entender até que ponto os ressentimentos e a vida em ditadura deixam de ser toleráveis, pois como Pepinsky (2017), tal como citado por Przeworski (2022) diz: “A vida nos Autoritarismos é maioritariamente aborrecida e tolerável” (2017: 13).

Na prática, ainda que “efetivamente não tenha existido equilíbrio neste “diálogo corporativo”, nem propriamente diálogo: “os sindicatos nacionais, face à persistente recusa patronal em contratar, face ao sistemático desrespeito pelos horários de trabalho, face à baixa de salários e despedimento, só podiam queixar-se ao INTP” (Garrido & Rosas, 2012: 174), sendo que “o poder reivindicativo dos trabalhadores era muito baixo” (Paço, 2008: 8), dada a impossibilidade de usarem a greve como ‘arma’. Acrescenta-se a isto o tratamento preferencial que era dado a setores de bandeira, estratégicos e a existência de mecanismos como o condicionamento industrial que relegaram ao Estado a decisão sobre a entrada e saída de Indústrias do mercado e também sobre nacionalizações e privatizações (Paço, 2008).

2.5 - ‘Tiro no pé’ das Ditaduras

Ainda que Pinto (2017) escreva que tanto no Brasil como em Portugal, os trabalhadores perspetivavam o Estado como estando ‘do lado’ dos trabalhadores, a realidade não é assim tão simples. Barreto escreve que dependia do dirigente sindical, mas que os

³⁵ Barreto cita dirigentes Comunistas que escrevem em 1943 que os Sindicatos Nacionais eram vistos como inimigos (1994).

comunistas tinham essa ideia que nem todos os dirigentes eram iguais³⁶ (1994), o que não significa necessariamente que se perspetiva um Estado em defesa dos trabalhadores. (Pinto, 2016). Ainda que não seja claro qual a ilação a retirar deste segmento da literatura, olhando para as palavras de Pinto (ibidem) acerca da generalidade dos trabalhadores, isso talvez signifique que a Ditadura Portuguesa e, porventura brasileira, conseguem assim utilizar um Organismo, que tecnicamente só é institucionalizado nos anos 50, para alocar a culpa e ressentimento aos patrões, ainda que não tenha ‘funcionado’ da mesma forma em todos os segmentos sociais. Trabalhos como o de Barreto (1994) que subdividem e relatam interpretações de grupos da realidade vivida apresentam-se assim de fulcral importância³⁷.

A ideia de a Ditadura alocar a ‘culpa’ pelas más condições laborais ao Corporativismo como Instituição que ela criou, e daí esquivar-se aos ressentimentos, é interessante³⁸. Como Barroso (2007) nos conta, os comunistas portugueses daquela época sabiam que todas as decisões eram tomadas por Salazar, pelo que talvez esta ideia não funcionasse tão bem. A questão se os ressentimentos acumulados por Comunistas superam ou não as concessões dadas, ou mesmo se outros segmentos da população menos ‘politizados’ estavam cientes da manipulação personalista do regime seriam interessantes pesquisas futuras, pois apesar de tudo, o objetivo do corporativismo era despolitizar. É ainda mais importante olhar para as recusas da entidade patronal em muitas matérias (salários, contratação coletiva) (Garrido & Rosas, 2012) e para a certeza por parte dos Autocratas que “sem o apoio fundamental das elites modernas [não podem sobreviver]” (Pinto, e Martinho, 2017: 29). Compreender esta dinâmica no caso português é relevante, visto que, também “os meios patronais” contestavam o sistema (Martinho & Pinto, 2008: 189). Ou seja, ainda que ineficiente, o Corporativismo criava uma narrativa em que eram os patrões que recusavam concessões, que era provavelmente assimilado pela população analfabeta, não indo de encontro aos interesses da classe patronal. Esta lógica pode ter sido perpetuada na medida em que “Salazar dava a cara nos momentos-chave da conjuntura sempre após

³⁶ Uma hipótese para explicar este fenómeno reside na recusa de Salazar em permitir uma presença Cristã nos sindicatos, que talvez tenha sido opção estratégica de modo a ganhar uma percepção mais favorável pela Esquerda laica e anarquista (Barreto, 1994).

³⁷ É importante a divisão entre “Comunistas, socialistas ou (trabalhadores) indiferentes” (Paço, 2008: 204). Aliás, Gandhi ainda vai mais longe e analisa os trabalhadores do setor das manufaturas por considerar que “estiveram historicamente ativos politicamente” (Kim & Gandhi, 2010: 651).

³⁸ Aliás, “em março de 1947, altera-se o carácter de contratos e convenções coletivas, ficando os novos acordos a serem resolvidos apenas entre as partes interessadas” (isto é, patrões e empregados). (Martinho & Pinto, 2007: 74-75). A ideia da alocação de culpa não é original: “*When Institutions become arenas in which power is shared, they can allow autocrats to diffuse responsibility*” (Lagacé & Gandhi, 2015).

haver contornado os problemas” (Yves, 1998: 73). O que nos leva ao argumento seguinte presente na literatura. Os regimes autoritários apercebem-se, ainda que as origens desta tomada de consciência e do tremendo poder dos operários se afigurem pouco claras. Przeworski (2022), no entanto, reitera que, dos regimes autoritários que caem, “apenas um entre oito ocorrem como consequências de protestos das massas” (como citado em Svolik, 2012).

Entendendo o Corporativismo como uma tomada de consciência em que a população mais pobre seria vista pelas elites como tendo fraco poder político, o que a tornaria num segmento útil para arcar com as consequências de desaires económicos (Rosas, 2019); uma ideologia um tanto anti-elitista, ainda que não seja anticapitalista e o facto de não ser completamente totalitária, esta constelação de características irá despoletar uma certa esperança no Partido Comunista Português para a prossecução de outros fins políticos, tais como “a luta pelos verdadeiros interesses dos trabalhadores” (Barreto, 1994). No entanto, algo que possa talvez explicar a longevidade do regime será o “apoio inicial de importantes setores das classes médias” (Rosas, 2019: 189).

Capítulo 3: Perceções em regimes ditatoriais: Um Debate

3.1 - As contradições vistas do Subsecretariado das Corporações

A certo ponto nas suas memórias, Teotónio Pereira descreve o seu dia de trabalho: “Desgostou-me um tanto verificar que grande parte das cartas que me escreviam eram para pedir empregos ou para comentar as tarefas que tinha na frente à luz dos lugares-comuns mais ociosos de sentido” (Pereira, 1973: 108). Esta é uma descrição bastante marcante de como Teotónio Pereira via o seu trabalho, e de como este o limitava: “Como um pássaro sobre o qual se ia fechar a porta duma gaiola” (1973: 103). Tal como ministros e presidentes contemporâneos que declararam em biografias e entrevistas o que pensam sobre o cargo, no caso Português recente, apresenta-se como exemplo, o anterior ministro Socialista da Economia e Mar: “Ser ministro não é das melhores experiências que tive na vida” (Campos & Prado, 2024).

A satisfação pessoal é uma dimensão importante de um cargo. Cargo este que passa a ser tridimensional quando sai da constituição escrita em 1933. Bastante presente em Caetano (Mendes, 2021) a satisfação pessoal é mencionada várias vezes nas memórias de Teotónio Pereira (1973). Para além disso, e à semelhança de políticos contemporâneos, Teotónio Pereira queixa-se de uma carga de trabalho elevada e de falta de tempo para a realização das tarefas assumidas. Autodescrever-se-ia como “uma espécie de procurador infeliz dos interesses proletários” (Salazar & Pereira, 2009: 27),

o que por si só, diz muito sobre o seu estado de espírito. Mas mais do que isso, esta descrição simplista, porém, singela do que as suas funções concretas no dia-a-dia, finalmente lavadas de qualquer formalidade e pompa, podem dar outra pista para a necessidade de Salazar se afastar da Pasta. Dado que, dirigir ao Presidente do Conselho uma carta a pedir emprego seria pouco dignificante para o “trabalhador nº 1” de Portugal (Castanheira, 1983), como era conhecido, e Salazar, queria, com certeza, conservar uma posição distanciada tanto dos trabalhadores como dos Patrões, ainda que porventura simbólica e inverdadeira.

Após dezoito meses, Teotónio Pereira já se apresentava pouco confiante e desmotivado. Dizia que “a organização corporativa é apenas sindicatos” (Salazar & Teotónio, 2008: 14) e que o “Subsecretariado e o INTP trabalharam quase exclusivamente a massa operária visto que os restantes setores se retraíram” (ibidem). No entanto, ainda se manteria no cargo por mais um ano e 2 meses.

As perceções sobre o trabalho não podem ser dissociadas do seu perfil e motivações. Não necessariamente perfil sociopolítico, mas sim perfil de burocrata, ou falta dele. O que era completamente distinto de Caetano: “A reação da gente que [Teotónio Pereira] contactava [era de] grande surpresa que [ele] fosse da massa com que se fabricavam os ministros [...]” (1973: 104). Algo que Salazar reparara: “- Eu sei que o senhor não tem ambições políticas nem pressa de trepar. [...] Entendo por isso que não lhe devo impor a aceitação dum posto que pode não lhe agradar ou ser incompatível com a sua vida” (1973: 102). Para além disso, Teotónio Pereira não acredita na retórica política (1973) e sempre quis ser marinheiro. A sua carreira política é movida mais pelo dever do que pela ambição carreirista, já que o salário de um ministro também não é muito atrativo (Pinto, 2001; Pereira, 1973). Demonstra um desapego notório ao poder e que aparenta ser genuíno, reconhecido inclusive por Salazar (Pereira, 1973).

Teotónio Pereira vai para onde o chamam. Não recusa cargos de forma estratégica como Caetano, ainda que, como veremos, também usa dos pedidos de demissão, depois de aceitar os cargos, reparando que Salazar “não lhe[s] dá despacho imediato” (1973: 224). No entanto, não julga cargos à partida, nem rejeita ofertas de cargos públicos repetidamente. Veja-se que Caetano rejeita o cargo de ministro da Justiça, da Economia, de subsecretário das Corporações e tenta negociar o cargo da Presidência de Conselho de Ministros, mesmo antes desta existir, aceitando o Ministério das Colónias contrafeito, fazendo denotar uma apetência por determinadas Pastas, e uma carreira pensada, assim como motivações políticas claras e pré-definidas.

Outro aspeto interessante são as altas expetativas que Teotónio Pereira relata sentir por parte dos populares acerca daquele “novo departamento” e que o felicitam: “-

Agora é que vamos ter descanso semanal!” [...] o que o faria pensar: “Comigo nas Corporações tudo ficaria resolvido, incluindo a irregularidade do descanso semanal [...] Dava-se tudo e normalmente esperava-se tudo” (1973: 104), o que nos permite confirmar que existe uma certa personalização das Corporações, encontrada também em Negreiros³⁹. Esta “personalização” talvez não seja evidente noutras Pastas, mas tratando de matérias laborais importantes para a vida das pessoas, como contratos de trabalho, salário, etc. Faz sentido que os trabalhadores sintam uma maior afinidade pela tutela do sistema corporativo e depositem nela as suas esperanças. Estas expectativas vão ser um claro motivo de sofrimento para Teotónio Pereira quando compreende os constrangimentos da Pasta e que os recursos financeiros para satisfazer os trabalhadores estão sempre dependentes de decisões alheias e de outros ministros, nomeadamente Obras Públicas e Finanças (Salazar e Pereira, 2008). Mas é curioso que o descanso semanal irá, no final de contas, constituir-se como um dos seus grandes esforços de atuação (Lucena, 2015). Esse e, na generalidade, o esforço em evitar uma política disfuncional e sem impacto na realidade. Uma “política de bacalhau a pataco” (Salazar e Pereira, 2008) como lhe chamaria, dado que sentia todas as expectativas que eram postas sobre ele.

Teotónio Pereira não fez promessas demagógicas (Lucena, 2015). Exemplo disso, é o facto em como mantém sempre que as soluções de previdência social universalizada e custeada pelo Estado não seriam para as posses dos portugueses (Torgal & Paulo, 2008).

À semelhança de Marcelo Caetano, que em várias situações avisa Salazar das opiniões dos populares (Antunes, 1984), auscultando-as, também Teotónio Pereira não se mantém indiferente ao desespero dos trabalhadores. O INTP, qual ‘polícia bom’ a quem os trabalhadores se podiam queixar, produz relatórios “onde abundam queixas, por vezes, quase desesperadas contra proprietários e patrões que se recusavam a entrar no corporativismo” (Lucena, 2015: 87). Teotónio Pereira raramente se mostrou satisfeito e demonstrava-se até visivelmente incomodado com a situação. A preocupação em não prosseguir uma “política de bacalhau a pataco”⁴⁰ foi constante.

Para além destes elementos, Teotónio Pereira sentia uma grande abertura com Salazar⁴¹ por já ter trabalhado com ele, o que lhe permite dizer coisas como a que o seu cargo de subsecretário não é algo que convença (Salazar & Teotónio, 2008) logo em 1933. Esta é, na verdade, uma importante característica da sua relação e da ‘cadeia de

³⁹ Castanheira (1983) explora esta temática.

⁴⁰ Expressão que utilizaria nas suas cartas a Salazar (Salazar & Pereira, 2008; Martins, 2020a).

⁴¹ Esta realidade permite-nos uma avaliação *nuançada* dos incumbentes já que o mesmo não acontece, por exemplo com José Soares da Fonseca (CLNRF, 1984) e, porventura, outros.

delegação' de ambos, aquando nas Corporações: "Sempre me dera bem em conversar com ele com toda a franqueza e a não deixar por esclarecer quaisquer aspetos dos grandes problemas que pesavam, primeiro sobre os meus ombros e, depois, sobre os dos meus colaboradores mais diretos" (Pereira, 1973: 212). Sobre esta relação, de ressaltar que a relação inicial de Teotónio Pereira é muito mais aberta do que no período equiparado, aquando Caetano chega a auditor jurídico do Ministério. Lucena (2015) sugere mesmo que o afastamento, requisitado ou não, de Teotónio Pereira para Espanha pode ter sido uma consequência de Salazar querer travar este excessivo aproximação, o que poderá não ser totalmente verdade, pois em 1950, Salazar escreve nos seus *Diários* que Teotónio Pereira não teria disposição para colaborar no Governo (Garcia 2021). No entanto, o subsecretário viria ainda a afirmar que as razões de discordância entre ele e Salazar encontravam-se mais frequentemente em assuntos de política interna do que externa (Pereira, 1973). Em todo o caso, a relação subalterna de Soares da Fonseca, que pedia licença até para anexar documentos e auxílio para redigir discursos (Garcia, 2020), não tem nem sequer comparação (CLNRF, 1984).

Há várias questões que ainda estão por decifrar. Muitas delas poderiam ter sido mitigadas se Teotónio Pereira tivesse terminado os volumes das suas memórias. Outra descoberta interessante e que poderia ser mais aprofundada vem dos *Diários* de Salazar. No ano da subida da Subsecretaria a Ministério (nos dias 22 e 23 de julho de 1950), Salazar discute os casos passados na Embaixada em Washington, onde Teotónio Pereira estava, com a intenção subliminar de repescar Teotónio Pereira para as Corporações ou para a Economia e, ainda que não seja inteiramente claro, após escrever que Teotónio Pereira se escusa de ambas, sugere que o próprio se justifica com as dificuldades de ambas as Pastas. Através dos *Diários* (Garcia, 2021) ficamos a saber que Teotónio Pereira, o 1º subsecretário das Corporações, foi convidado para ser também o 1º ministro das Corporações.

Voltando ao último ponto. A percepção no Governo, de que os assuntos de Política Interna eram mais difíceis, conseqüentemente menos apetecíveis, existia em muitos membros da elite salazarista. No final da década de 60, Franco Nogueira descreveria a "lama da política interna" e planificaria a sua carreira da seguinte forma: "Continuar no quadro do Ministério, ser embaixador da ONU ou noutra posto? ou ingressar na vida privada" (1986: 282). Isto após, de facto, ter substituído vários ministros. De todas as perspetivas, o diplomata não queria cargos de Política Interna, apesar de vir a ocupar o cargo de deputado à Assembleia com a chegada de Caetano ao poder. E não é o único. Este sentimento é também partilhado por outro ministro do regime que "sente que se afunda na Economia e quer à viva força os Estrangeiros" (1986: 281).

Aparenta existir uma tendência, melhor, uma apetência para pastas ou cargos de Política Externa, especialmente após a permanência ou ocupação em cargos de política interna dificultados pelas contradições do regime: “Correia de Oliveira sente dificuldade em dominar os problemas da Economia e desejaria ser nomeado embaixador em Madrid, mas o lugar também é desejado por Gonçalves de Proença” (Nogueira, 1987f: 110), que, não se olvide, é um membro da tutela corporativa.

Ainda que existam todas estas *nuances*, a verdade é que Teotónio Pereira acreditava, pelo menos, na qualidade e utilidade do seu trabalho, que iria servir para os subsecretários das corporações seguintes e para a continuação da reforma corporativa. No entanto, considera que a crença no trabalho dos subsecretários futuros como fulcral, assim como o treino: “O trabalho que deixava feito precisava agora de ser praticado e difundido. E só haveria vantagem que fosse outro a realizá-lo” – desde que acreditasse no que estava a fazer” (Pereira, 1973: 214). [...] Uma vez que fora possível pôr de pé a máquina corporativa, não seria acertado que se lhe reservasse um papel secundário e accidental entre as instituições da Nação” (Pereira, 1973: 224). Portanto, não descreve totalmente da obra feita e não quer que os seus esforços tenham sido em vão. Não é um cínico, nem completamente descrente no trabalho de ministro/subsecretário, mas, à semelhança de Caetano, desmotiva. Algo que Salazar talvez compreenda quando diz que ninguém deveria ser ministro por muito tempo, pois vê o pior do existente na humanidade (Nogueira, F. 1986).

3.2 - “Muito menos difícil que nas Corporações”⁴²

O argumento de que a Pasta das Corporações seria uma Pasta atribulada, “nem sempre fácil” (Sousa, 1999: 288), ou “difícil”, adjetivos inclusive utilizados por membros da elite, é um interessante argumento, com lógica assegurada por outros estudos. Necessita, porém, de ser estudada de forma comparada em relação a outras Subsecretarias e Ministérios, pois outras pastas também teriam as suas dificuldades. A título de exemplo, não seria a primeira vez, sem ser como subsecretário das Corporações, que Teotónio Pereira pediria sua demissão a Salazar⁴³. Nem seria o único subsecretário, para além das Corporações, que pediu para ser escusado das suas funções, sem que o pedido recebesse deferimento apenas à terceira vez⁴⁴ (Pinto, 1993). Não se verifica, à partida,

⁴² Citação proferida por Teotónio Pereira quando aceitou o cargo de Ministro do Comércio e da Indústria (Pereira, 1973).

⁴³ Voltaria a insistir no pedido em 1939, como secretário do Comércio.

⁴⁴ Como foi o caso de Alberto Saraiva e Sousa, subsecretário de Estado das Obras Públicas, de 1949 a 1962: “Tendo convites aliantes para o setor industrial privado, solicitei, em vão, por duas vezes, que fosse libertado das minhas funções, mas só pela terceira vez Salazar anuiu ao meu pedido” (Pinto, 1993: 84).

que a Pasta das Corporações aportasse uma especial tendência para pedidos de demissão, pois Veiga Macedo não estará à espera da sua exoneração em 1961 (Pinto N. 1993), na liderança desse Ministério. Neste contexto, é interessante a frase de Franco Nogueira, parafraseada, que refere o facto de as demissões serem, muitas vezes pedidas pelos ministros e subsecretários. Contudo, o que aparenta acontecer é que ninguém, ao fim ao cabo, acaba por levar avante a sua demissão (1968).

No entanto, é uma linha de investigação interessante e exequível de ser mensurada, desde logo, pelas declarações como as do próprio Veiga Macedo aquando do exercício na Pasta «As circunstâncias têm-me sido favoráveis, graças a Deus. Estou satisfeito, até porque vinha muito preocupado, pois não tenho tido, no exercício da função ministerial, experiências desta natureza» (Mansos, 2014: 351). Já Marcelo Caetano “publicou no *Jornal do Comércio* um artigo [...] sublinhando que não era de invejar [...] a sorte do homem a quem foi considerada tão árdua tarefa” (Martins, 2020a: 291), talvez como estratégia para resfriar as expectativas da massa trabalhadora e as esperanças da elite (Santos, 2012) de uma Instituição que só funcionou como relações públicas. Não obstante, Caetano também criticou o “facto de o corporativismo ter sido reduzido à dimensão de subsecretaria de Estado” (Martins, 2020a: 290), facto que durou 27 anos.

Claro que a ideia de uma Pasta “difícil” necessita de ser operacionalizada. Quais os indicadores mais apropriados? Talvez o pedido de demissão possa ser utilizado, mas não deixaria de ser interessante tentar perceber as razões para a exoneração por parte da tutela corporativa, de modo a confirmar esta hipótese, pelo cargo ser, até, lugar de confluência de interesses bastante antagónicos. Pinto N. perguntou aos ministros e subsecretários que privaram com Salazar “Porque abandonou funções? Como tomou conhecimento do facto?” (1993: 5) mas, mais uma vez, não existe um enfoque na Pasta das Corporações de modo a retirar ilações desta Pasta em específico, pois muitos ex-membros da elite não responderam ao seu questionário ou recusaram-se a fazê-lo.

Outra das razões que não nos permite concluir que o cargo de subsecretário das Corporações era mais trabalhoso remete-se para a função inicial de legitimação. Isto é, talvez porque inicialmente esta Instituição estivesse desenhada para ser bastante contraditória, pois a sua utilidade residia em legitimar o Estado Novo (Pinto, 2016) e não resolver as suas contradições. O que apenas justifica um olhar atento aos outros incumbentes mais tardios, onde esta lógica de legitimação não está tão presente. Para além disso, Teotónio Pereira foi o primeiro subsecretário das Corporações e esta foi a sua primeira experiência governativa. O próprio admite que a transição para o segundo cargo que ocupou foi deveras facilitada pelo “número de contactos e amigos no meio oficial que representam um valioso capital de relações” (1973: 228). A falta de contactos

e o choque das primeiras funções políticas, numa Pasta que foi criada e submetida ao teste pela primeira vez, podem também ter justificado as amarguras do cargo, pelo que não são representativas, nem se podem extrapolar, as reações de Teotónio Pereira para a Pasta em si.

3.3 - Os vários pedidos de demissão

O pedido de demissão aparenta ser um instrumento de poder a favor do subsecretário nesta dinâmica. É também uma forma de exigir um *standard* de atuação para outros membros do Governo, quando é feito um pedido de demissão privado e, porventura, secreto, relativamente a outro ministro⁴⁵. Pelo que merece especial atenção em pastas nas quais Salazar tentou restringir o poder político, como a da Propaganda e Corporações (Pinto, 2004). No entanto, é apenas uma das muitas pressões existentes numa dinâmica de poder autoritário (Lucena, 2015). Escrita de cartas com exasperação, mesmo ameaças de demissão, ofertas de Pastas que os incumbentes só podem ou não podem recusar, atribuição de cargos sem permitir tempo de reflexão (caso do 2º Ministro do Comércio e Indústria em Teotónio Pereira), num *timing* político complicado, ‘zangas’ privadas, mudança de cargos de política interna para externa também num curto prazo e não deixar sair membros do Governo para a Iniciativa Privada, sugestão de nomes para cargos, pressão política no sentido lato, etc. Estes são todos instrumentos de poder utilizados pelo ditador e pelos membros do Governo, mais designadamente os subsecretários das Corporações. Ainda que, consciente desta situação, Salazar utiliza, muitas das vezes, a falta de resposta por carta e, uma espécie de “veto de gaveta” em relação ao pedido de demissão. Este é particularmente compreensível com o subsecretário de Estado das Obras Públicas, Alberto Saraiva e Sousa, que vai permanecer 13 anos em funções, quando não ambicionava permanecer muito tempo (Pinto, N. 1993). No entanto, Salazar utiliza esta estratégia, também de forma indiscriminada, com todos os seus membros de Governo (Castilho, 2012). O uso do pedido de demissão por parte da elite pode ser compreendido quando, na democracia atual, existem um conjunto de condições *sine qua non* prévias à aceitação de um cargo, capazes de dotar alguma *leverage* política aos incumbentes. No caso de regimes autoritários, essa *leverage* torna-se mais exígua e vai depender do tipo de relação de poder existente com o ditador, dado que a declaração “estou absolutamente convencido a não continuar” (Salazar e Teotónio, 2008: 11) de Teotónio Pereira, se veio a traduzir, na verdade, na continuação no cargo por mais alguns meses. Como exemplo, a

⁴⁵ Em dezembro de 1942, por ocasião de umas greves, Teotónio Pereira pede a demissão de Trigo de Negreiros e Pais de Sousa (subsecretário das corporações e Ministro do Interior, respetivamente).

leverage que Marcelo Caetano demonstrava na sua recusa e consequente pressão na oferta de certos cargos, é notória e totalmente distinta da de Teotónio Pereira, que apenas recusa, pelo que conseguimos verificar, o posto da embaixada londrina em 1943 quando tem o estatuto de “agente especial”.

Teotónio Pereira admite que a sua saída da Subsecretaria talvez fosse “o preço suficiente para fazer ver o problema a muitos outros” (1973: 211) e atribui ainda mais poder a esta ideia de *leverage* política e negociação, quando escreve: “Quando nos metemos no automóvel para regressar a casa, trazia o seu acordo [de Salazar] para se fazerem umas tantas coisas. Para mim, isso era vital ou não teríamos subsecretário para muito tempo” (1973: 110).

Nos *Diários* do ditador, pedidos de demissão repetidos foram anotados como isso: um “pedido de demissão” (Garcia, 2021) de um cargo institucional: neste caso, o do primeiro subsecretário de uma Instituição criada de raiz por Salazar e não, outra coisa, passível de disfarçar a situação, sendo que também é anotado o pedido de demissão de Teotónio Pereira, como ministro do Comércio e Indústria. Cargo de cariz e também ele, corporativo. A honestidade do ditador quando transcreve a realidade não deixa de ser notória e pode simbolizar a aceitação do fracasso em manter Teotónio Pereira em cargos corporativos, apesar da relação quasi-emocional do último, proveniente dos valores de Integralismo Lusitano, e que continuam a fazê-lo interessar-se na revolução corporativa, mesmo como agente especial em Espanha (Lucena, 2015). Aliás, compreender a influência que estes valores integralistas tiveram na forma de Teotónio Pereira digerir as contradições, seria importante. Teotónio Pereira recordaria a surpresa com que receberia propostas para integrar outros cargos Institucionais após os pedidos de demissão enquanto subsecretário, sendo que, estudos das perceções dos subsecretários das Corporações seguintes podem ajudar-nos a compreender várias dimensões de modo mais sistematizado: o sentido de missão, valores e sentido de urgência quanto à revolução corporativa, etc.

Martins (2020a) desenvolve uma tese interessante acerca das ambições de continuação do cargo, que merece especial atenção. Teotónio Pereira, como já vimos acima, desde cedo se refugiou na falta de ambições políticas e de “feito burocrático”. A própria aceitação do cargo de subsecretário foi deveras matutada e, na prática, o cargo significava um afastamento dos seus valores do integralismo Lusitano, como ele explana nas memórias (1973) através de um episódio com um fervoroso integralista que o critica por ter aceitado chefiar a subsecretaria em 1933. Poderá, portanto, a exposição às contradições mais íntimas do regime ter, de algum modo, ajudado à manutenção de Teotónio Pereira em cargos de relevo institucional? Ou também contribui para o levar

para cargos externos que o afastassem da realidade portuguesa?⁴⁶ Esta ideia de progressão encontra também alento em Pinto que refere que a “uma rápida progressão via subsecretário de Estado e secretário eram consideradas como caminhos privilegiados para futuros ministros e que esta seria uma rota utilizada por uma considerável proporção da elite ministerial daquele tempo” (2004: 109)⁴⁷. A verdade é que, segundo Lucena (2015), mesmo a passagem a ministro não trouxe grandes mudanças de estatuto, sendo que Teotónio Pereira já se teria afirmado como “um dos mais influentes no Governo” (2015: 41).

O pedido de demissão não é visto na literatura sobre Autoritarismos como um instrumento a favor do subsecretário, mas como um instrumento de purga ou de rotação (Nadporozhskii, 2023) a favor do ditador, algo que merece ser mencionado. E Teotónio Pereira admitiu que lhe foi dada autonomia em certas questões, assim como liberdade de iniciativa na feitura da Lei do Contrato de Trabalho, que o próprio afirma como estando praticamente igual como ele a escreveu (Pereira, 1973). O que também contraria a visão simplista de centralização de Salazar total de Pinto (2001) e nos obriga a discutir o que de facto entendemos por autonomia política em Subsecretarias e Ministérios autoritários. Aliás, o próprio Caetano explana que, em certos momentos, foi dada grande liberdade aos subsecretários, ainda que Salazar chefiasse as Pastas Ministeriais (1985). Dependendo sempre da confiança no homem, da Pasta e do período histórico. Como título de exemplo, na Pasta da Presidência, o mesmo Teotónio Pereira, mais tarde, não terá capacidade de delegação de poder quase nenhuma (Lucena, 2015).

Não deixa de ser importante compreender se os pedidos de demissão eram mais frequentes em subsecretários por não conseguirem assinar “decretos, mas apenas portarias e despachos” (Pinto 1993: 100), pela falta de delegação (Pereira, 1973) e pelo sentimento de pequenez (Martins, 2020a), ou se a agulha aponta para o outro lado, com as interpretações de um elevado poder atribuído a secretários e a diretores-gerais de Pinto (2001) a confirmarem-se. Isto, através de um estudo longitudinal, focado nos oito incumbentes da Pasta das Corporações. Ter-se-ão os cinco subsecretários demitido mais vezes, ao contrário dos três ministros? Até porque “Salazar não gosta de mudar os ministros com frequência” (Nogueira, 1987d: 174). E se sim, quais as razões dessa demissão? É algo que tentamos responder neste trabalho, ainda que não tenhamos dados sobre todos os membros da tutela.

⁴⁶ Como aconteceu, dado que foi nomeado embaixador de Espanha, no Brasil e em Washington consecutivamente.

⁴⁷ Tradução livre minha.

Como Teotónio Pereira menciona a determinado ponto “Passam-se semanas que não lhe falo” (Salazar & Teotónio, 2008: 24). Acrescentaria ainda que tem decretos na mala, mas que não os pode publicar, dado que é apenas subsecretário (ibidem). Tal demonstra que a quantidade de reuniões que Salazar tinha com os seus ministros utilizado como unidade de análise por Raimundo *et al* (2009), acaba por ser uma métrica pouco significativa quando existe uma insatisfação da elite em relação a essas mesmas reuniões e à sua frequência, assim como a insatisfação pelo poder possuído por um subsecretário. “Teotónio Pereira considerou-se diminuído pelo facto de ser convidado a exercer as funções de subsecretário de Estado e não de ministro” (Martins, 2020a: 280). Com Teotónio Pereira, existia uma necessidade de contacto regular com o ditador em determinadas matérias que não era satisfeita. Muito devido à lentidão burocrática da revolução corporativa, que na visão do político deveria proceder-se a outra velocidade, especialmente após o período de tomada de posse (Martins, 2020a). Todos estes aspetos, criavam sofrimento no subsecretário, algo que foi transmitido por Caetano (1985) ao próprio Salazar e, também visível no carácter de exasperação de algumas cartas do próprio Teotónio Pereira (Salazar & Pereira, 2008). Curiosamente, na Pasta do Comércio e Indústria, após esta situação, Teotónio Pereira reúne-se já muitas vezes com o ditador (Lucena, 2015) chegando às dez vezes por dia, o que nos demonstra precisamente, elementos de uma relação cambiante (Mendes, 2021).

Nesta investigação propomos, para estudos futuros, um olhar para a satisfação pessoal dos incumbentes políticos com o cargo. Algo com que Salazar se preocupava (Pinto, N. 1993), ainda que, por todas as contradições com as quais mantinha o corporativismo, talvez não se preocupasse demasiado. Isto porque, curiosamente, é algo referido por Teotónio Pereira: “Achava que era preciso oferecer substituição aos membros do Governo já com três ou quatro anos nos postos, que não parecessem felizes com a tarefa” (Pereira, 1973: 214).

A demissão não é chocante, principalmente quando lemos as cartas. Aliás, o aspeto mais interessante da triangulação das fontes parece ser o apaziguar da realidade: nas memórias. Teotónio Pereira desvaloriza a seu sentimento de frustração, reconhecendo que ultrapassou momentos difíceis: “Zangámo-nos algumas vezes. Zangas essas que foram quase sempre causadas por questões de medida do tempo e sentido de oportunidade – e muito pouco por divergências pessoais” (Pereira, 1973: 224). No entanto, também não admite que existiu uma “discordância política clara” (Martins, 2020a: 292).

Decorrente da exoneração em 1936, as razões da insatisfação de Teotónio Pereira nunca poderiam vir a público. O próprio admite ser seu dever a máxima descrição (Pereira, 1973). Até porque as massas sabiam apenas da exoneração de

Teotónio Pereira e não do seu pedido de demissão: “Chegamos ao ano de 1936 e com ele veio a notícia da minha demissão da Pasta das Corporações” (Pereira, 1973: 225). E nenhum regime ditatorial quer que as suas contradições institucionais sejam públicas: “Evitei dar muitas explicações e tomei pela minha parte as necessárias precauções para não favorecer a criação de boatos inconvenientes. O facto é que só se sabia que eu deixara as Corporações e que me mostrava já interessado na minha qualidade de deputado” (Pereira, 1973: 226). Ainda que admita que só tenha confidenciado ao chefe de Estado a sua saída, Caetano (1985) saberia, pelo menos, da insatisfação de Teotónio Pereira com o cargo.

Mas não iria sequer exercer o mandato de deputado, pois aceita o posto de ministro do Comércio e Indústria em 1936. Visivelmente impressionado, Teotónio Pereira refere que “tinha previsto todas as hipóteses menos que [Salazar o] chamasse nessas condições sem deixar praticamente um intervalo entre a saída de um posto no Governo e a nomeação para outro” (Pereira, 1973: 226). O que viria a saber é que teria pouco a dizer sobre o posto seguinte dado que a “cuja mudança de Pasta não implicou propriamente mudança de assunto em substância, continuou a tratar do corporativismo, trabalhando-o de outro ponto de vista” (Lucena, 2015: 78), o que poderá explicar o porquê de ter pedido mais uma vez a demissão neste posto. Sobre esta mudança ministerial, Lucena admite a passagem para a Pasta do Comércio e da Indústria, acaba por ser outra “freguesia do Estado - uma dessas grandes estruturas resistentes à mudança” (2015: 43).

3.4 - Competência e sucesso de um ministro das Corporações

Nas palavras de Franco Nogueira, existe claramente uma política corporativa de alto nível bem-sucedida e mal-sucedida. A descrição da atuação da tutela varia consoante os incumbentes: Os problemas são resolvidos com Gonçalves da Proença (Nogueira, 1986f) e Veiga Macedo, mas não com muitos outros. A atuação política não é estanque, pode começar bem e acabar mal e, principalmente, vive muito de impressões e perceções, como descreve Nogueira, relativamente à atuação de dirigentes políticos (ibidem).

Schmid & Nyrupe (2023) concluem que não existem as mesmas recompensas para ministros da Economia serem competentes em ditadura. Aliás, a competência pode ser vista como potencial rival pelo ditador (Schmid & Nyrupe, 2023). Ora, o caso português é diferente, pois Salazar acumulava a Pasta das Finanças, pelo que tinha recompensas para ser competente e, não reportava a ninguém, assim que, talvez nem se colocasse a questão da competência. Aliás, foi através da sua competência que

acabou por legitimar a sua própria atuação (Pinto, 2001), mas Salazar nunca chefiou a Pasta das Corporações. No entanto, a discussão se existia uma estratégia de recompensar ministros competentes (Schmid & Nystrup, 2023), no caso das Corporações, seria interessante de se aprofundar, dado que existe delegação de algum poder, ainda que exíguo e não-democrático. Pelo que obrigaria a responder à pergunta (não tão clara como no caso das Finanças): o que significa um ministro, neste caso subsecretário, competente? Será conseguir um ambiente de paz social? Melhorar a Previdência social e apoios? Representar os interesses corporativos a nível internacional na OIT? A feitura de diplomas e leis que protegessem os interesses dos trabalhadores?

Pela descrição de Nogueira e outros autores, poucos conseguiram ser bem-sucedidos no sistema: “A atuação de Manuel Rebelo de Andrade nas Corporações e Previdência Social não é um sucesso” (Nogueira, 1987c: 34) e “Soares da Fonseca falhara rotundamente nas Corporações e Previdência Social” (Castilho, 2012: 327). Andrade, inclusive, abandonou o cargo pelo ‘desprestígio’ causado ao sistema corporativo. E os que são aparentemente ‘bem-sucedidos’, também não se mantêm no poder. Ora, veja-se o caso de Veiga Macedo.

Ainda que a Pasta das Finanças, num estudo de caso de Schmid & Nystrup, (2023), tenha outro prestígio e atribua outras recompensas para ministros serem competentes, no caso português, tanto a Pasta das Finanças, como o Corporativismo serviram para legitimar um regime e um ditador. Assim, a métrica de sucesso da Pasta pode ser simplesmente não criar desequilíbrios (Rosas, 2019; Martins, 2020a), dada a visão ampla de Salazar, que tinha em conta, especialmente, o desconforto do patronato.

O que aparenta existir é que um ministro competente e bem-sucedido irá, eventualmente criar desconforto em um dos lados: ou no patronato ou nos trabalhadores, dado que a sua política será sempre mais enviesada para um deles, a um determinado momento do seu ‘mandato’. Isto é bastante visível com o tipo de ‘manifestações’ que se realizam quando Trigo Negreiros é subsecretário das Corporações, como descreve Castanheira (1983).

Um episódio interessante acontece a 12 de julho de 1968. Após um acordo que visava subir o ordenado mínimo, “comparecem mais de dois mil trabalhadores da Carris para exprimir agradecimentos” (Nogueira, 1987f: 373). Salazar, nas palavras de Franco Nogueira desvia as atenções e atribui os louros ao ministro incumbente Gonçalves de Proença, reconhecendo ainda as suas “responsabilidades superiores das coisas” (ibidem). Este episódio permite-nos completar a compreensão das duas faces da atuação de Salazar: quando as negociações com os sindicatos não correm bem, como com Trigo de Negreiros (Castanheira, 1983) e quando correm bem, com Gonçalves. Na primeira, existe uma responsabilização pública do indigitado, através da exoneração.

Na segunda, existe reconhecimento público da atuação e apoio político, ou seja, uma certa legitimação. Este episódio, fundamenta ainda mais o argumento que a Pasta das Corporações é personalizável e dependente da pessoa, pois Salazar diria: [...] “é sobretudo ao senhor ministro e à sua orientação e boa vontade que efetivamente se devem” (Nogueira, 1987f: 373) Portanto, em ambas as situações, existe delegação e distanciamento (Williamson, 2020).

Sendo assim, fica clara a necessidade de um escrutínio da elite e um entendimento mais personalizado dos mandatos, que se afaste das generalizações que, por norma, existem na literatura. A pessoa e a forma como ocupa o cargo, ainda que, muitas das vezes, com poder variável, faz diferença.

Capítulo 4: Marcelo Caetano: parte necessária para a discussão

4.1 - ‘Olhe que não sei. Nunca lá fui’⁴⁸

Tanto Salazar como Caetano, estiveram mais diretamente relacionados com certas pastas. A das Finanças foi a que granjeou ao primeiro boa parte da sua reputação. Aliás, Salazar é visto, inclusive, como uma Instituição na matéria (Nogueira, 1986). Curiosamente, o próprio viria, mais tarde, a oferecer essa mesma Pasta que o legitimou. ao seu delfim rebelde, Marcelo Caetano. Para além das Finanças, foi ministro interino da Guerra, da Presidência do Conselho de Ministros, das Colónias, da Marinha e dos Negócios Estrangeiros (Garcia, 2021): “Entre 1936 e 1940 gere três Ministérios - embora deixando bastante liberdade aos subsecretários das Finanças e da Guerra e ao secretariado geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Caetano, 1985: 65). Houve, obviamente, várias Pastas que não chefiou. Mas também, nenhuma das Pastas que não chefiou caracterizou a República, que era, afinal, uma República corporativa, pelo que é importante compreender o porquê deste distanciamento. Algo interessante de observar é precisamente uma certa sobreposição entre o delfim e Salazar: Caetano chefiou interinamente e, várias vezes, a Pasta dos Negócios Estrangeiros e foi ministro da Presidência, acumulando nesse período como ministro das Comunicações (CLNRF, 1984).

Agora, nem Salazar, nem Caetano chefiaram a Pasta das Corporações. Caetano, aliás, recusa vários cargos, como a Justiça (Mendes, 2021), e até as próprias Corporações que ajudou a construir, justificando-se pela escolha da sua carreira universitária (Caetano, 1985). Para além de que nunca se permitiu a ser subsecretário

⁴⁸ Expressão utilizada por Salazar quando alguém lhe pergunta onde era o gabinete do Presidente (Caetano, 1985: 59).

do que quer que fosse (Mendes, 2021). Vai, como já se sabe, referir que o Estado Português não é um Estado Corporativo de facto e ainda opor-se à visão de um Superministério das Corporações que Teotónio Pereira sugeriu, por considerar ser tão incompatível, como incongruente. Tal como seria a existência de um Ministério da Liberdade num regime Liberal (Mansos, 2014), e ainda discordar da gestão de certos Ministérios (Mendes, 2021). O facto que não só um como o outro, recusam ao longo de 48 anos a chefia desta Pasta, é fascinante e propositado. Com a leitura dos Diários de Franco Nogueira compreendemos uma camada adicional da lógica e entendimento por detrás da recusa e afastamento por parte de Marcelo Caetano. Em 1965, Salazar diz o seguinte, desaprovando o possível candidato para um cargo de Presidente da República Corporativa: «Marcelo Caetano é um belo espírito, tem grandes faculdades de trabalho, é muito culto e sabedor; mas não é flexível, não suporta a contradição mesmo em privado, não aguenta uma ideia oposta, e perde facilmente o moral» (Nogueira, 1986: 127) [...]. Fica, então, assente que um dos requisitos de Salazar para o cumprimento de funções governativas é a capacidade de digerir e aceitar contradições.

Mas, para além dessa minúcia no que toca à informação que existia nos bastidores, fora da perceção da opinião pública, pensamos que esta estratégia em se dissociar simbolicamente da Pasta, foi deliberada pelos dois chefes de Estado. Até porque existiram várias oportunidades que foram rejeitadas no sentido de ambos se colocarem como interinos: A dada altura do seu mandato, Veiga Macedo demonstra preocupação por ninguém estar à frente das Corporações (Mansos, 2014), sendo que anos antes, Salazar utilizou Lumbrales para substituir Teotónio Pereira devido a uma ausência por uns meros dias (Garcia, 2021; Salazar & Pereira, 2008; Rosas & Brito, 1996). Claro que atualmente possuímos outra perspetiva, mas Teotónio Pereira escreve “A entrega das Corporações a Lumbrales deu a todos a convicção de que Salazar não estava desinteressado - o que era de grande importância para o futuro da reforma corporativa” (1973: 225). Se usarmos o mesmo critério, Salazar deixa de ter interesse na revolução corporativa em meados da década de 50, quando não nomeia nenhum interino para substituir Veiga Macedo. Curiosamente, e após este episódio, já nomeia por a substituição interina de Mota Veiga pelo subsecretário da Assistência Social em 1949 (Garcia, 2021). É difícil saber as razões pelas quais Salazar substitui nos dois períodos e não noutra⁴⁹, mas outros autores já consideraram a Assistência e a Previdência como faces opostas da mesma moeda (Garrido, 2018).

⁴⁹ Nos *Diários de Salazar*, sugere com a frase “ausência de Mota Veiga do B. I. T.” (Garcia, 2020), que se preocupa com a presença de alguém do seu Governo nas reuniões Internacionais da Organização Internacional do Trabalho).

Sobre a chefia de uma pasta Ministerial por parte de Salazar, Pedro Teotónio Pereira acaba por dizer o seguinte:

«Há cá por fora uma grande convicção de que V. Ex.^a vai para o Ministério da Guerra. Todos reconhecem que qualquer ministro que venha será igual ou pior que os anteriores e a conclusão geral é esta: o Dr. Salazar se for para a guerra em seis meses arma o exército e cria-lhe um moral novo [...] Transmito esta impressão porque ela traduz o sentimento geral [...]» (Salazar e Teotónio, 2008: 36).

Ainda que não tenhamos certeza se Teotónio Pereira se referia ao “sentimento” existente dentro da elite ou que ele auscultou junto das massas, esta não é uma ideia que é reforçada apenas uma vez. Em 1934, Teotónio Pereira escreve a Salazar:

«Remédio perfeito há um só. V. Ex.^a convencer-se que a reforma do Estado é hoje o problema principal e dirigi-la em pessoa como dirigiu a reorganização financeira» (Salazar & Teotónio, 2008: 24).

Ainda que incitado pelo primeiro subsecretário a orientar pessoalmente a Pasta das Corporações, Salazar descarta todas as sugestões de Teotónio Pereira, inclusive, a de colocar o INTP à frente das Corporações, (ainda que a 28 de julho de 1933 tenha apontado a seguinte nota “reforma do Instituto” (Garcia, 2021) e apenas reitera: “Eu tenho de arranjar um subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social” (1972: 102). No entanto, e curiosamente, a 8 de julho de 1966, já com Gonçalves de Proença, Salazar indagava-se sobre qual a melhor organização e trabalho do Ministério das Corporações e perguntava para os seus botões «entregar as Corporações a vários Ministérios com subsecretário?» (Garcia, 2021).

Existem várias explicações pelas quais Salazar não assume a Pasta: a preocupação de Salazar com assuntos de Política Externa (Raimundo, 2009; Pinto, 2001); o facto de a Pasta não ser tão importante em comparação com outras (ibidem). No entanto, Castanheira (1983) desenvolve outra tese: durante o mandato de Negreiros como subsecretário das Corporações, os bancários dirigem-se diretamente a Salazar a exigir melhores condições laborais. Ora, aí estaria algo que talvez recordasse o ditador a manter-se como o reduto dos que estão insatisfeitos com as ações de quem usa do seu poder delegado, dado que é considerado por eles, o trabalhador nº.1. E talvez não fosse ideal ser o destinatário das cartas que pedem trabalho por parte de populares, que Teotónio Pereira descreve receber nas suas memórias (Pereira, 1973), assim como necessitava de possuir figuras incólumes e distanciadas que realizassem as

negociações entre os Sindicatos e Grêmios dos vários setores (Garcia, 2021). Castanheira (1983) também contribui para o argumento de que a Pasta das Corporações pode ser personalizável. Como Martins escreve: “[Salazar] tendia a não agir politicamente exceto quando a isso se via obrigado ou quando considerava que os trunfos que tinha na sua posse poderiam permitir-lhe tomar a iniciativa e obter resultados com poucos ou nenhuns custos” (Martins, 2020a: 292). Na literatura, Williamson (2020) teoriza que a delegação de poder para um subsecretário ou ministro em autoritarismos poderia significar uma alocação da culpa estratégica, o que vai neste sentido. A Pasta das Corporações talvez tivesse demasiados custos associados.

Depois da 2ª Guerra e da elevação das Corporações a Ministério, outra das hipóteses plausíveis sobre a razão de Salazar se afastar da chefia da Pasta incide na desistência sobre a ideia de Previdência. Ao compreender que não iriam alcançar “níveis de cobertura de previdência aceitáveis” (Torgal & Paulo, 2008: 76), talvez não quisesse ficar associado com essa realidade.

4.2 - O que Caetano diz e o que Caetano faz no poder

Já depois da “complexidade dos problemas que impõem a criação de novos cargos” (Nogueira, 1986: 288) dos anos 30 (inexistente nos tempos de Teotónio Pereira), Marcelo Caetano incumbiu Baltazar Rebelo de Sousa de acumular três Pastas: “as duas, já de si pesadas, das Corporações e Previdência Social da Saúde e Assistência. E ainda a da Emigração” (Sousa, 1999: 287). Esta estratégia é extremamente interessante e, segundo Sousa (1999), existe devido “a uma ideia querida de Marcelo Caetano, já ensaiada em 1969, com a junção de Dias Rosas nas pastas das Finanças e da Economia: a ideia da coordenação por setores governativos amplos” (ibidem: 286). Ideia aplicada ainda à Pasta do Exército, que se junta com a Defesa Nacional e à das Obras Públicas, que fica em parceria com as Comunicações. Ainda que esteja fora do período temporal selecionado para este trabalho, esta informação traça um paralelismo com o que Caetano diz no tempo de Salazar e faz como chefe de Governo. Uma estratégia bastante interessante, tendo em conta que compreendia o Estado Corporativo como algo existente apenas na aparência. Talvez fizesse sentido para ele que, com a entrega de dois Ministérios à mesma pessoa, as contradições corporativas e sofrimento fossem mitigadas, dada a “tríplice tarefa” (ibidem) em mãos.

De qualquer das formas, esta é uma estratégia que espelha o antagonismo nalguns pormenores, no que toca à distribuição de poder. Enquanto Salazar procurava nunca atribuir poder sem restrições (Lucena, 2015), Caetano cria, desde logo, esta “união pessoal” (Castilho; 2012: 186) na Pasta que tanto afligiu Salazar.

Capítulo 5: Enquadramento Institucional

Ao longo das mudanças de liderança na pasta das Corporações em concreto, cada subsecretário ocupou em média três anos e onze meses⁵⁰. Existiram várias listas de potenciais incumbentes. Teotónio descreve pelo menos duas listas de possibilidades para o cargo (1973) e, muito provavelmente, existiram mais, dadas as recusas, incompatibilidades e indisponibilidades (Nogueira, 1986; Castilho, 2012).

Esta parte da Investigação visou colmatar certas lacunas que a lógica e metodologia utilizadas forneceram ao trabalho. Este, afinal é um trabalho de Ciência Política e, ainda que as fontes utilizadas sejam de grande profundidade e detalhe, a análise dos dados carece de uma maior abrangência temporal e de intervenientes, pelo que queremos verificar nesta secção se a tutela específica corporativa ao longo dos 35 anos de Salazar é estável, tal como Pinto (2001) sugere em relação à elite, digamos, generalista. A Pasta das Corporações e Previdência Social teve, durante o período Salazarista, oito membros da tutela⁵¹ (cinco subsecretários e três ministros). E, uma questão que fica sempre por esclarecer era se podemos considerá-la uma Pasta política ou social, como considera Sousa (1999) ainda que Portugal está, desde pelo menos 1933 representado na Organização Internacional do Trabalho, o que implicava concertação multilateral, e ainda que fosse reconhecida a existência de “personalidades políticas” (Pereira, 1973) e, dado que a despolitização do direito de trabalho era algo que efetivamente existia, mas na Câmara Corporativa e na Assembleia Nacional (Ferreira, 2009).

Da *rationale* que levou os incumbentes ao cargo sabemos, também, alguma coisa, ainda que existam algumas omissões nos nossos dados. Muitos deles publicaram obras sobre matérias e temas corporativas. Como exemplos disso, existe Castro Fernandes e Mota Veiga⁵², mas também Caetano.

Foi apresentada a Teotónio Pereira, inclusive, uma lista de várias “personalidades políticas”, que representavam possibilidades para ocupar o cargo em 1936: “Eram em geral ensaístas de temas políticos pouco inclinados a soluções concretas e, por isso mesmo, melhores na crítica que na tarefa de construir” (1973: 102). A verificação, se tal tendência se manteve, seria apenas possível através de um desbravamento biográfico das personagens secundárias do Estado Novo, tal como feita

⁵⁰ Dada a conceptualização, ficaram de fora os subsecretários da Assistência Social e ministros do Interior.

⁵¹ Sem contar com os dois interinos: Costa Lumbrales, usado três vezes para substituir Teotónio Pereira em ocasiões específicas e Negreiros (Salazar & Pereira, 2008).

⁵² O primeiro publicou *O Corporativismo Fascista; Princípios Fundamentais da Organização Corporativa Portuguesa e Temas Corporativos* e o segundo escreveu uma dissertação sobre *A Economia Corporativa e o Problema dos Preços* (Polítipédia, 2024).

por Pires (2016) e Lucena (2015), mas a atuação de Veiga Macedo indica-nos que nem sempre terá sido o caso. A escolha de Mota Veiga também se justifica pelo facto de este se ter dedicado a problemas de trabalho e economia (Nogueira, 1986).

Tabela 1 ⁵³

Nome	Data de início de mandato	Data de fim de mandato	Duração do mandato	Pedido de demissão	Quantidade de Pedidos de demissão	Menções nos <i>Diários</i> de Salazar
Pedro Teotónio Pereira	11.04.1933	03.01.1936	2 anos, 8 meses, e 22 dias	Sim	Quatro	1058 vezes, 95 como subsecretário das Corporações
Manuel Rebelo de Andrade	18.01.1936	28.08.1940	4 anos, 7 meses, e 10 dias	*	*	51 vezes, todas como subsecretário [ibidem]
Joaquim Trigo de Negreiros	28.08.1940	06.09.1944	4 anos, e 8 dias	*	*	627 vezes, 73 como subsecretário [ibidem]
António Júlio de Castro Fernandes	06.09.1944	16.10.1948	4 anos, 1 mês, e 10 dias	*	*	186 vezes, 61 como subsecretário [ibidem]
António Jorge Martins de Mota Veiga	16.10.1948	02.08.1950	1 ano, 9 meses, e 17 dias	*	*	63 vezes, 33 como subsecretário [ibidem]
José Soares de Fonseca	02.08.1950	07.07.1955	4 anos, 11 meses, e 5 dias	*	*	145 vezes, 63 como ministro [ibidem]
Henrique Veiga de Macedo	07.07.1955	04.05.1961	5 anos, 10 meses e 27 dias	Não	NA	133 vezes, 92 como ministro [ibidem]
José João Gonçalves de Proença	04.05.1961	27.09.1968	7 anos, 4 meses, e 23 dias	*	* ⁵⁴	119 vezes, 118 como ministro [ibidem]
		Média de duração do mandato	3 anos, 11 meses, e 22 dias			

⁵³ Tabela própria utilizando as datas de início e de fim de mandato do Dicionário Histórico de Portugal (Rosas & Brito, 1996).

⁵⁴ Os asteriscos correspondem a informação que não conseguimos retirar ou deduzir das fontes analisadas.

Os pedidos de demissão, como já vimos, por vezes, são ignorados e existe um tacitismo inerente à escolha dos membros da tutela, assim como uma gestão de um conjunto de equilíbrios globais (Rosas, 2019; Martins, 2020a) já que sabemos que Salazar não olhava para mais do que um conjunto de caras de uma vez (Pinto, 2001; Nogueira, 1986). No entanto, olhar para a escolha destes intervenientes e reparar de que modo fogem à regra, parece-nos importante e Nogueira F. (1987) revelou-nos que existiam expectativas por parte da opinião pública por remodelações ministeriais, assim como recusas para Pastas (caso de Caetano, por exemplo). Ainda que não tenhamos conseguido analisar todas as remodelações ministeriais e verificado se incorreram numa “versão generalizada”, ou apenas disseram respeito às Corporações, na última remodelação Salazarista saíram “os homens da Educação, Finanças, Comunicações, Corporações e Exército” (Nogueira, 1987f: 309), o que nos demonstra que pelo menos a última remodelação não foi isolada.

Uma boa forma de estudar os mandatos num regime Autoritário, neste caso, pode ser na verificação se a tutela corporativa se desgasta mais facilmente que as restantes e se as remodelações são totais, oportunas ou “não tão amplas como esperadas” (Caetano, 1985: 57) e o que aparenta existir são remodelações, muitas das vezes “quase totais” (Nogueira, 1987c: 547). Analisar o término de influência de um político não será equivalente a saber a data de fim de um mandato, dado que uma antiga tutela pode continuar a exercer a sua influência sobre matérias corporativas, mesmo depois de sair do cargo, como vemos em Teotónio Pereira e com Veiga de Macedo⁵⁵. Na verdade, o mandato de um ministro ou subsecretário inicia-se formalmente quando este é apontado para um cargo e cessa quando é exonerado das suas funções, mas outra questão é a sua influência em privado com os seus pares.

No que toca a cargos da tutela corporativa, as “portas rotativas”, ou o “*reshuffle*”, se quisermos (Santos, 2012), aparentam incidir na Pasta de Educação Nacional: tanto Veiga Macedo como Baltasar Rebelo de Sousa e José João Gonçalves de Proença exerceram funções nesse Ministério, ainda que o segundo tenha sido “apanhado de surpresa [na chegada às Corporações, pois] mais depressa estaria, então, vocacionado para uma pasta política - como o Ultramar - do que para aquelas pastas sociais” (Sousa, 1999: 289), o que demonstra, por vezes, a incoerência do xadrez político e a insatisfação dos incumbentes com a atribuição dos cargos. A Pasta do Comércio e da Indústria é também rito de passagem para a tutela corporativa: ocupada depois da passagem pelas

⁵⁵ A 15 de Janeiro de 1966, José Gonçalves de Proença queixava-se da “presente intervenção” do antigo Ministro (e, na altura, deputado da Assembleia Nacional), que defendia a atualização dos salários dos motoristas. Gonçalves de Proença escrevia ao Presidente do Conselho, com receio que a Assembleia “se convertesse num órgão de pressão salarial” (CLNRF, 1984: 102).

Corporações por Teotónio Pereira e Lumbrales. Aliás, esta mudança é retratada nas memórias de Teotónio Pereira da seguinte maneira: “A minha situação pessoal era, pois, muito difícil. Numa questão de dias e horas eu deixara de ser o protetor dos direitos legítimos dos trabalhadores para me transformar no árbitro dos não menos legítimos interesses dos industriais” (1973: 230), ainda que fosse uma pasta “familiar” (ibidem: 229). Tanto Negreiros como Lumbrales chefiaram ainda a Pasta do Interior. Aliás, Lumbrales permanece na dita pasta por oito anos e vinte e um anos consecutivos no Governo, afirmando-se como um homem da inteira confiança de Salazar (Nogueira, 1987f: 518).

De alguns adjetivos que caracterizam a tutela corporativa destacam-se, precisamente, os “conselheiros habituais de política interna” (Nogueira, 1987f: 83) e “nomes já marcados na política do Estado Novo” (Nogueira, 1986c: 528) que, talvez apenas contenham a exceção da “escolha sentimental” de Gonçalves de Proença que Salazar incluiu no executivo como favor, ainda que tivesse ligação à marinha mercante como Henrique Tenreiro. De resto, também Manuel de Andrade foi descrito como alguém “muito conhecedor das relações de trabalho” (Pereira, 1973: 320), e “o juiz do trabalho duma das varas de Lisboa [...], que era tido como o melhor funcionário do respetivo quadro[...] um carácter íntegro e leal, bom, como costumava dantes dizer o povo, para se lhe pôr ouro em pó nas mãos” (ibidem: 226).

Curiosamente, tal como Teotónio Pereira, também Negreiros tem a sua primeira experiência governativa com a Pasta das Corporações. E à semelhança do 1º subsecretário, também Castro Fernandes é militante do nacional-sindicalismo. Não deixa de ser curioso que ambos Teotónio Pereira e Castro Fernandes foram leais a Salazar, tendo o último, inclusive, se demitido com o marcelismo (Polítipédia, 2024).

Existem os dois lados do espectro: Mota Veiga, que teve uma experiência corporativa e foi afastado e Castro Fernandes, que fez a carreira quase toda “sobretudo no aparelho corporativo” (Nogueira, 1986b: 348). No INTP e na vice-presidência da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (Polítipédia, 2024).

A nível da duração, Gonçalves de Proença destaca-se claramente, até porque é reconduzido por Caetano, porque, após sete anos no poder e não estaria queimado na política (Castilho, 2012), nem existiria a questão da lealdade a Salazar como noutros membros da elite.

Ainda que Soares da Fonseca tenha abandonado o Ministério “acusado de contribuir para o desprestígio do Sistema Corporativo” (Rosa & Brandão, 1996: 365), não conseguimos compreender se este se demitiu ou não. O membro da tutela que permaneceu menos tempo foi Mota Veiga, apenas suplantado por Teotónio Pereira. No entanto, se Teotónio Pereira tivesse sido exonerado quando o pediu pela primeira vez,

a 19 de fevereiro de 1934, tinha sido o subsecretário com o menor mandato, com menos de um ano.

5.1 - A Orgânica de Governo

A orgânica de um Governo é importante para demonstrar intenções políticas, mas também, devido aos constrangimentos institucionais que cria. No primeiro governo, os únicos subsecretários eram os das Finanças e as Corporações (Caetano, 1985). Como já vimos, existem coisas que um subsecretário não consegue fazer (ibidem)⁵⁶ e a existência de um secretário que reporta ao subsecretário cria dinâmicas de trabalho e reporte distintas (Pinto, N. 1993) que alteram a agenda, ordem de trabalho, a eficiência (Pinto, J.M 1993) e a própria quantidade de reuniões: “à semelhança de tudo o que já se fizera em matéria de textos legais, competia ao Presidente do Conselho assinar sozinho os novos diplomas das Corporações e Previdência Social” (Pereira, 1973: 211). Estudos interessantes neste sentido seriam os da relação entre ministro e Secretário no sentido de Silveira, (2021), aplicados a uma lógica ditatorial, que pudessem desbravar aspetos sobre as repercussões da personalidade e feitos nas Pastas (Sousa, 1999).

Existe um aparente paralelismo entre o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) e a Pasta das Corporações (Pinto, 2001), que apenas se começa a desvanecer quando a última é elevada formalmente a Ministério, pois Salazar tutelava diretamente tanto o Secretariado como as Corporações. A falta de poder de António Ferro comparativamente a outros ministros é notória (Pinto, 2004), mas também nem todos os ministros podem ser postos no mesmo patamar. Veja-se o caso das Obras Públicas. Nas perceções que Salazar tem sobre os ministros, Duarte Pacheco «era um homem de grande valor e seria um grande ministro em qualquer pasta. Um problema estudado e resolvido por Duarte Pacheco era resolvido em grande e para muitos anos» (Nogueira, 1986: 179).

No entanto, tirando o SPN e a Assistência Social, as Corporações foram a única Pasta que passou mais de 15 anos sem ser elevada a Ministério. Aliás, a Assistência é um caso interessante, pois foi alvo de uma pressão considerável por parte de Caetano para que o cargo de ministro da Assistência Social fosse por ele ocupado. De resto, as Pastas da Agricultura, do Interior já existiam como Ministério, assim como já existia um Ministério do Comércio e Indústria, chefiado por Sebastião Ramires desde 1932

⁵⁶ Domingos Pires explicaria: “Nessa época, os decretos eram só assinados pelos ministros, não havia secretários de Estado, somente subsecretários que não assinavam decretos, mas apenas portarias e despachos. Mais tarde, foram criados os lugares de Secretários de Estado, competindo-lhes assinar os decretos publicados pelas respetivas Secretarias de Estado” (Pinto N. 93: 73).

(Lucena, 2015). O Ministério da Assistência que também só mais tarde foi criado, ainda que tenha sido motivo de pressão por Caetano, estava desenquadrado das Corporações e funcionava segundo outra lógica, já que a Previdência e a Assistência eram matérias distintas, ainda que “faces da mesma moeda” (Garrido, 2018). E Teotónio Pereira preconizava que o Estado não podia garantir um *Welfare State*, pois Portugal não possuía os mesmos recursos que a Alemanha ou a França (Salazar & Pereira, 2008).

O Decreto-Lei nº 37 909, de 1 de agosto de 1950 cria o Ministério das Corporações. A própria escolha jurídica pela orgânica foi a forma encontrada por Salazar para mostrar “quem mandava” a Caetano (Castilho, 2012: 300). Já que “intencionalmente ou não - é entregue, no dia seguinte, a um arqui-inimigo político de Marcello Caetano: José Soares da Fonseca” (Castilho, 2012: 301). Na manhã de 1 de agosto, estaria a trocar apontamentos com o ministro das Finanças sobre as modificações a fazer no orçamento devido à criação de novos Ministérios (Garcia, 2021). Curiosamente, já poder, com a extinção da Subsecretaria das Corporações e Previdência Social, Marcelo Caetano repõe a cadeia de delegação na orgânica, através do estilo de reporte: ministro-subsecretário. Incumbe como subsecretários de Estado (agora do Trabalho e Previdência): Nogueira de Brito (1969-1972) e Pinto Cardoso (1972-1973). Como ministros, mantém Gonçalves de Proença durante o primeiro ano e escolhe Baltasar Rebelo de Sousa, nos restantes.

Algo que caracterizou o período salazarista foi, precisamente, a ausência de uma cadeia de delegação nas Corporações. Apenas existe a delegação entre Presidente do Conselho e subsecretário e, portanto, suscetível à disponibilidade do Presidente do Conselho (Raimundo *et al*, 2009), “fechado às vezes, na sua torre de marfim, recusava-se a perder tempo com discussões que não lhe pareciam dignas de ocupar uma fração que fosse do seu tempo disponível” (Pereira, 1974: 210). E existente apenas ‘atrás da fachada’ (ou *window dressing*), como utiliza, em Inglês, Gandhi, (2020). Até 1950 existiram apenas subsecretários das Corporações e Previdência que, com a entrada do ministro Soares da Fonseca no Governo, cessam funções. Apenas subsistem os subsecretários da Assistência Social: Joaquim Dinis da Fonseca (1940-1944); Trigo de Negreiros (1944-1950), que não fazem parte da cadeia de delegação - não reportavam ao ministro das Corporações, mas ao ministro da Assistência: “Pelo menos até à década de 60, [a Assistência] nunca deixou de pertencer ao Ministério do Interior que, em conjunto com a Saúde, compunham a subsecretaria de Estado da Assistência Social” (Torgal & Paulo, 2008: 78 & Pimentel, 2016).

Conclusão

Para compreendermos melhor as *nuances* da atuação governativa da tutela corporativa, precisamos, como já mencionámos, de um desbravamento de material biográfico das personagens secundárias (Pires, 2016; Lucena, 2015). De qualquer forma, procurámos ir para além da nossa unidade de análise bastante específica: as perceções sobre contradições de uma Pasta corporativa e desenvolver um conjunto de dimensões de análise de um cargo. Entre elas, o sentido de missão, pedido de demissão, personalização da pasta, instrumentos de poder, cadeia de delegação e a própria relação entre a tutela e o subalterno.

Compreendemos neste trabalho as duas visões materializadas e distintas das Corporações de Salazar e Caetano, ambos teóricos do Corporativismo, com duas visões de como este deveria ser materializado; as regras que construíram, através da atribuição ou não de cadeia de delegação aos incumbentes quando estavam no poder que consistiu na atribuição de mais ou menos poder; de um ou vários setores e Direções-Gerais à superintendência de uma chefia, etc. Ainda que certos detalhes ainda necessitem de melhor aprofundamento, concluímos que a Pasta não aparenta ser necessariamente mais laboriosa que outras Pastas, especialmente de Política Interna e que existe uma tendência interessante para a escolha de funções de Política Externa.

Procurámos ainda descrever a relação entre Teotónio Pereira e Caetano, esses “velhos companheiros [que] terão sido, à vez, delfins atados” (Lucena, 2015: 133) e com os quais é possível traçar importantes paralelismos dado que ambos estiveram ligados política (Castilho, 2012), teórica e ideologicamente ao corporativismo. Relação essa, assente nas suas particularidades e perceções inter-dependentes. E contribuir para um primeiro desbravar de padrões do que conceptualizámos de ‘tutela corporativa’. Analisámos as estratégias de pressão política⁵⁷, decorrentes da relação cambiante de Teotónio Pereira e Caetano, assim como as suas ambições políticas diferenciadas e relações de poder com o ditador, recusas de cargos e pedidos de demissão que os permitiram navegar os cargos contraditórios do Estado Novo. Que, diga-se de passagem, um e outro assimilaram de modo diferente: um evitando o cerne da contradição, desviando-se para a Mocidade Portuguesa, Academia e, de certa forma, mantendo uma certa liberdade do regime. (Castilho, 2012). E o outro, aceitando os cargos corporativos, e não só, que lhe eram atribuídos, ainda que fosse a segunda escolha em alguns destes (Lucena, 2015), por vezes, com sofrimento pessoal

⁵⁷ A pressão política de Teotónio Pereira (e, por exemplo António Ferro) aparenta circunscrever-se apenas a questões corporativas e propagandísticas (Torgal & Paulo, 2008), por essa ordem. Mas com Caetano o sentimento de à vontade para pressionar politicamente parece ser transversal a várias matérias.

associado. Na verdade, Teotónio Pereira manteve a sua lealdade com Salazar até ao fim da vida, mas pediu a demissão nos três primeiros cargos que lhe foram atribuídos, dando como desculpa a falta de vocação para diplomata, aquando em Espanha (Lucena, 2015), o cansaço e desilusão aquando nas Corporações (Salazar & Pereira, 2008).

Teotónio Pereira acaba por ser um político e diplomata improvável que não acredita em cifras (Lucena, 2015), nem em oratória, com uma “ambição descontraída, contrabalançada por interesses e obrigações privadas” (Lucena, 2015: 78), que não planificou a sua carreira e aceitou as consequências das contradições dos cargos na sua vida pessoal. Entre os dois companheiros, foram pensadas várias ideias comuns, como a visão necessária de uma coordenação ao nível de Superministério das Corporações, finalmente aceite nos *Diários de Salazar* anos mais tarde, mas também uma grande divisão a nível político em 1961. A principal diferença entre os dois reside na confrontação pública tanto abominada por Salazar, que Caetano encetou. Já Teotónio Pereira, criticava as opções dentro das Instituições criadas, de forma privada, pelo que não recebeu atos de vingança por parte do ditador. Salazar vai, não nos esqueçamos, atribuir a Pasta da Presidência, tão pretendida por Marcelo Caetano, a Soares da Fonseca, seu inimigo.

Os dois colidem, portanto, quando um digere as contradições do regime em privado e o outro não se acanha, ao proferir críticas públicas à institucionalização do Corporativismo e sua orgânica, ainda que, também tenha utilizado as cartas a Salazar como meio de envio de críticas ao regime (Mendes, 2021). Teotónio Pereira irá opinar sobre os mesmíssimos temas, claro está, mas apenas em privado, através da correspondência, nunca efetuando uma afronta. No entanto, não deixa de ser interessante que ambos tenham vivido os mesmos constrangimentos nas suas funções diárias e as tenham interpretado e reagido a elas de forma diferente. Constrangimentos esses que Salazar talvez não tivesse previsto, na prática, quando redigiu a Constituição.

Preconizamos que exista um estudo detalhado acerca da ação de cada subsecretário e que explore a correspondência e ação governativa⁵⁸, dado que uma das conclusões que retiramos é que as Corporações são uma Pasta viva, que vive também da vontade e iniciativa de quem a ocupa e onde é possível, precisamente, “lançar iniciativas cruciais” (Lucena, 2015: 78). No entanto, Salazar mantém o *timing* na assinatura dos decretos até 1950 e da aceitação dos pedidos de demissão, ainda que seja necessário desbravar se mais ministros ou subsecretários pediram esta última.

⁵⁸ Como a presente no Arquivo da Torre do Tombo e na Secretária-geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Ainda que no Arquivo deste último, não exista correspondência entre o ditador e a tutela, mas entre as várias Subsecretarias e Ministérios.

Também nos apercebemos da importância de um ditador criar funções interessantes e de delegar poder, especialmente para políticos carreiristas e com ambições políticas, mas também para políticos sem ambições políticas e com pouca *leverage*. A criação de funções coerentes aparenta ser mais importante para políticos carreiristas: “Marcelo Caetano queria um sistema político coerente e não um simulacro” (Castilho, 2012: 301), ainda que a falta de *leverage* de políticos pouco ambiciosos pareça obrigar políticos como Teotónio Pereira a eternizarem-se em cargos públicos, sem alternativas noutras carreiras. Pode ser ainda útil compreender que Caetano era um homem bastante mais prático do que Salazar (Mendes, 2021), pelo que o facto de não se considerar um jurista abstrato, talvez seja importante para explicar as suas reações e perceções

Os resultados, por fim, contribuíram para combater certas generalizações na literatura. A minúcia (Pinto, 2004) sobre as matérias de Estado de Salazar existiu, ainda que tenha variado conforme o incumbente, dado que a natureza “hesitante” e “pouco construtiva” (Rosas & Brito, 1996: 365) de Soares da Fonseca (CLNRF, 1984), por exemplo, contrastava com o contexto e as capacidades técnicas, políticas e recursos pessoais de outros secretários das Corporações, como Teotónio (Pereira, 1973). Para além disso, permitem-nos chegar à conclusão que, ainda que existam custos para um ditador em ‘fechar’ Instituições (Geddes, 2018), também existem custos em manter Instituições contraditórias e pouco apelativas para os altos funcionários do regime.

Referências

- Aguiar, P. B. O. M., (2013). *Pedro Teotónio Pereira e a Guerra Civil de Espanha. O poder das burocracias nos processos de decisão de política externa* (Master's thesis, Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)).
- Almeida, P. T., & e Sousa, P. S. (Eds.). (2015). *Do reino à administração interna: história de um ministério: 1736-2012*. Governo de Portugal, Ministério da Administração Interna.
- Almeida, T. P., & Costa Pinto, A. (2002). Portuguese ministers, 1851–1999: Social background and paths to power. *South European Society and Politics*, 7(2), 5-40.
- Amaral, F. D. (1995). *Memórias Políticas (1941--1975). O Antigo Regime e a Revolução*. Lisboa, Círculo de Leitores, 53-58.
- Andeweg, R. B. (2000). Consociational democracy. *Annual Review of Political Science*, 3(1), 509-536.
- Antunes, F. J. (1994). *Salazar e Caetano: cartas secretas: 1932-1968*. Círculo de Leitores.
- Araújo, A. D. (2007). *A lei de Salazar*. Edições Tenacitas.
- Avante, ed. (2006). *Dossier Tarrafal*. Lisboa.
- Barreto, J. (1994). Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. *Análise Social*, 29(125/126), 287-317.
- Barros, R. (2016). On the outside looking in: Secrecy and the study of authoritarian regimes. *Social Science Quarterly*, 97(4), 953-973.
- Brito, J. M. B., Rodrigues, C., & Alves, E. (2013). *A UGT na história do movimento sindical português (1970-1990)*. Tinta-da-China.
- Bokobza, L., Krishnarajan, S., Nyrop, J., Sakstrup, C., & Aaskoven, L. (2022). The morning after: cabinet instability and the purging of ministers after failed coup attempts in autocracies. *The Journal of Politics*, 84(3), 1437-1452.
- Braga, P. D. (2010). Os ministros da educação nacional (1936-1974): sociologia de uma função. *Revista Lusófona de Educação*, 16(16).
- Caetano, M. (1985). *Minhas memórias de Salazar*. Verbo.
- Campos, A., & Prado, M. (2024). Entrevista a António Costa Silva, ministro da Economia e do Mar: Estamos muito viciados na subsidi dependência. *Expresso*. Acedido a 11 de junho em <https://expresso.pt/economia/20240112Estamosmuitoviciadosnasubsidi dependenciad iagnostica-Costa-Silva-5ea62be7>.
- Castanheira, J. P. (2021). O último grande plenário dos sindicatos corporativos. *Expresso*. Acedido a 11 de junho em <https://expresso.pt/sociedade/2021-08-21-O-ultimo-grande-plenario-dos-sindicatoscorporativos-b0bd7022>.
- Castanheira, J. P. (1983). *Os sindicatos e o salazarismo: a história dos bancários do sul e ilhas (1910-1969)*. Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

- Castilho, J. M. T. (2012). *Marcello Caetano: uma biografia política*. Almedina.
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. (1984). *Trabalho, Sindicatos e Greves no Regime Fascista*. Gráfica Europam.
- Dobson, M., & Ziemann, B. (2008). *Reading primary sources. The interpretation of texts from Nineteenth- and Twentieth-Century History*. Routledge.
- Ferreira, N. E. (2009). *A câmara Corporativa no Estado Novo: composição, funcionamento e influência*. (tese de doutoramento). Instituto de Ciências Sociais.
- Freire, D., Ferreira, N. E., & Rodrigues, A. M. (2014). *Corporativismo e Estado Novo: contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)*. Instituto de Ciências Sociais. Estudos e Relatórios.
- Freire, D., & Ferreira, N. E. (2019). A construção do sistema corporativo em Portugal (1933-1974). *Tempo*, 25, 256-276.
- Gamble, A. (2002). Political memoirs. *The British Journal of Politics and International Relations*, 4(1), 141-151.
- Gandhi, J., & Przeworski, A. (2006). Cooperation, cooptation, and rebellion under dictatorships. *Economics & Politics*, 18(1), 1-26.
- Gandhi, J., Noble, B., & Svobik, M. (2020). Legislatures and Legislative Politics Without Democracy. *Comparative Political Studies*, 53(9), 1359-1379. <https://doi.org/10.1177/0010414020919930>.
- Garrido, Á. F. R. (2003). *Abastecimentos e poder no salazarismo: o "bacalhau corporativo" (1934-1967)* (Doctoral dissertation).
- Garrido, Á. (2010). *Estado novo e corporativismo: um programa de investigação em história económica e das instituições*.
- Garrido, Á. (2016). O corporativismo na História e nas Ciências Sociais – uma reflexão crítica partindo do caso português. *Estudos Ibero-Americanos*, 42(2), 387-408.
- Garrido, Á., & Rosas, F. (Eds.). (2012). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Almedina.
- Garcia, M. (2021). *Os Diários de Salazar. O dia a dia, a hora a hora, da vida pública e privada de António Oliveira Salazar*. Porto Editora.
- Geddes, B. (2018). *How Dictatorships Work: Power, Personalization, and Collapse*. Cambridge University Press.
- Henriques, F. (2016). A baleação e o Estado Novo: industrialização e organização corporativa (1937-1958): menção Honrosa do Prémio de Humanidades "Daniel de Sá" (2014). Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direção Regional da Cultura.
- Kim, W., & Gandhi, J. (2010). Coopting workers under dictatorship. *Journal of Politics*, 72, 646-658.
- Lagacé, C. B., & Gandhi, J. (2015). Authoritarian institutions. In *Routledge handbook of comparative political institutions* (pp. 278-291). Routledge.

- Leonard Y. (1998). *Salazarismo e fascismo*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Loxton, J., & Mainwaring, S. (Eds.). (2018). *Life after dictatorship: authoritarian successor parties worldwide*. Cambridge University Press.
- Lucena, M. (1976). *A evolução do sistema corporativo português*. Perspectivas Realidades.
- Lucena, M. (2015). *Os lugar-tenentes de Salazar: Armindo Monteiro, Pedro Theotónio Pereira, Alberto Franco Nogueira, José Gonçalo Correia de Oliveira, Adriano Moreira*. Alêtheia Editores.
- Mansos, M. D. P. N. dos S. S. N. (2014). *Do plano de educação popular ao plano de formação social e corporativa: Henrique Veiga de Macedo, subsecretário de Estado da Educação Nacional (1949-1955) e ministro das corporações e da previdência social (1955-1961)*. (Tese de doutoramento). Universidade de Lisboa.
- Martins, F. (2020a). *Pedro Teotónio Pereira: o outro delfim de Salazar*. Leya.
- Martins, N. M. F. (2020b). *A Ética no Serviço Público: Perceção de colaboradores do Ministério da Justiça Português* (Master's thesis, Universidade de Lisboa, Portugal).
- Martinho, F. C. P., & Pinto, A. C. (2008). *O corporativismo em português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Mendes, P. E. (2021). Marcelo Caetano e a sua circunstância rumo à liderança: Poder simbólico, ambição e adaptação. *Opinião Pública*, 27(3), 1024-1057.
- Mendes, J. R. (2023). *Estado Novo: Corporatism in Contradiction* (Master's thesis), Universidade do Porto.
- Nadporozhskii, I. (2023). Influence of elite rotation on authoritarian resilience. *Democratization*, 30(5), 794–814. <https://doi.org/10.1080/13510347.2023.2186401>
- Nogueira, F. (1986). *Um político confessa-se (Diário 1960-1998)*. Editora Civilização.
- Nogueira, F. (1987a). *Salazar. Vol. I. A Mocidade e os Princípios (1889-1928)*. Atlântida Editora.
- Nogueira, F. (1987b). *Salazar. Vol. II. Os tempos áureos (1928-1936)*. Atlântida Editora.
- Nogueira, F. (1987c). *Salazar. Vol. III. As Grandes Crises (1936-1945)*. Atlântida Editora.
- Nogueira, F. (1987d). *Salazar. Vol. IV. O ataque (1945-1958)*. Atlântida Editora.
- Nogueira, F. (1987e). *Salazar. Vol. V. A resistência (1958-1964)*. Atlântida Editora.
- Nogueira, F. (1987f). *Salazar. Vol. VI. A resistência (1958-1964)*. Atlântida Editora.
- Pal, L. A. (1988). "Thanks for the Memories...": Political Memoirs, Public Policy and the Political Imagination [Review of *Straight from the Heart*; *Nobody's Baby: A Survival Guide to Politics*; *The Rainmaker: A Passion for Politics*; *Close to the Charisma: My Years between the Press and Pierre Elliott Trudeau*; *Up the Hill*; *Memoirs*; *Honourable Mentions: The Uncommon Diary of an M.P.*; *Years of Impatience, 1950-1960*; *Years of Choice, 1960-1968*; *Both My Houses: From Politics to Priesthood*; *Whelan: The Man in*

the Green Stetson, by J. Chrétien, S. Copps, K. Davey, P. Gossage, D. Johnston, R. Lévesque, P. Stratford, R. MacLaren, G. Pelletier, A. Brown, S. O'Sullivan, R. McQueen, E. Whelan, & R. Archbold]. *Canadian Public Policy / Analyse de Politiques*, 14(1), 92–103. <https://doi.org/10.2307/3550455>.

Paço, S. A. (2008). Os anos de Salazar. O que se contava e o que se ocultava durante o estado Novo. O fracasso da greve geral de 18 de janeiro de 1932, 3.

Pereira, T. P. (1973). *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*. 2ª edição. Verbo.

Pimentel, I. F. (2016). A assistência social e a previdência corporativa no Estado Novo. Repositório da Universidades Lusíadas.

Pinto, A. C. (2001). O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945). *Análise Social*, 35(157), 1055–1076. <http://www.jstor.org/stable/41011482>.

Pinto, A. C. (2004). *Salazar's ministerial elite*, 1933-44. *Portuguese Journal of Social Science*, 3(2).

Pinto, A. C. (2012). Governar em Ditadura: Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo. ICS. Imprensa de Ciências Sociais.

Pinto, A. C. (2016). *Corporatism and organic representation in European dictatorships'*, in A.C. Pinto (eds.) *Corporatism and Fascism: the corporatist wave in Europe*, London: Routledge.

Pinto, A. C., & Finchelstein, F. (2018). *Authoritarianism and Corporatism in Europe and Latin America*. Routledge.

Pinto, A. C., & Martinho, F. P. (2017). *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Editora FGV.

Pinto, J. N. (1993). *Salazar visto pelos seus próximos, 1946-1968*. Bertrand Editora.

Pires, L. A. (2016). João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) na construção do modelo económico do Estado Novo: pensamento e ação política. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16, 393-412.

Polítipédia: Enciopédia Portuguesa (2024). consultado em 19.07.2024, disponível em: <https://politipedia.pt/>

Przeworski, A. (2022). Formal Models of Authoritarian Regimes: A Critique. *Perspectives on Politics*, 1-10.

Raimundo, F., Ferreira, N. E., & De Carvalho, R. A. (2009). Political decision-making in the Portuguese New State (1933-39): The dictator, the council of ministers and the inner-circle. *Portuguese Journal of Social Science*, 8(1), 85-101.

Rosas, F. (2019). *Salazar e os fascismos*. Tinta da China.

Rosas, F., & Brito, J. M. B. D. (1996). *Dicionário de história do Estado Novo*. Volume I e II. Bertrand Editora.

Santos, (2012). *Elites Salazaristas Transmontanas no Estado Novo - O Caso de Artur Águedo de Oliveira (1984-1978)* (Doctoral dissertation).

Salazar, A. O., & Pereira, P. T. (2008). António Oliveira Salazar, Pedro Teotónio Pereira: correspondência política 1931-1939. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Gráfica Europam. Volume I.

Schmid, J. W., & Nyrup, J. (2023). There's No Gratitude (In Dictatorships): Economic Performance and Finance Minister Removal across Regime Type. Jacob, There's No Gratitude (In Dictatorships): Economic Performance and Finance Minister Removal across Regime Type (May 3, 2023).

Schmitter, P. C. (1999). Portugal: do autoritarismo à democracia. Imprensa de Ciências Sociais.

Simpson, D. (2021). Approaching the PIDE 'From Below': Petitions, Spontaneous Applications and Denunciation Letters to Salazar's Secret Police in 1964. *Contemporary European History*, 30(3), 398-413.

Silveira, P. M. A. (2013). Os secretários de estado da democracia portuguesa: perfis sociopolíticos e carreiras governativas. (Unpublished MA Thesis). FCSH, Lisbon.

Silveira, P. M. A. (2021). Os secretários de Estado. Conflito e Liderança no Ministério. Imprensa de Ciências Sociais.

Sousa, M. R., & de Sousa, B. R. (1999). Baltazar Rebelo de Sousa: Fotografia. Bertrand Editora.

Torgal, L. R., & Paulo, H. (2008). Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Varela, R. (2011). A persistência do conflito industrial organizado. *Revista Mundos do Trabalho*, 3(6), 151-175.

Williamson, S. (2020). *The King Can Do No Wrong: Delegation and Blame Under Authoritarian Rule*. Stanford University.

Zhang, B. (1994). Corporatism, totalitarianism, and transitions to democracy. *Comparative Political Studies*, 27(1), 108-136.